Laboratórios de apoio à criação de emprego e às empresas da economia social

Agenda Sectorial para a Modernização do Sector Primário

ÍNDICE DE CONTEÚDO

1. *O projecto Laces* 4
   1.1. *Agendas setoriais para a criação e consolidação de empresas de economia social* 5
2. *A economia social na Eurorregião Galiza - Norte de Portugal*..... 8
   2.1. *Regulação da economia social na Euroregião*..... 8
   2.2. *A dimensão da economia social na Euro-região*..... 9
      2.2.1. *Galiza* 10
      2.2.2. *Portugal*..... 11
3. *O desenvolvimento do sector primário na Euroregião*..... 14
   3.1. *O sector primário na Euroregião: principais magnitudes sectoriais*... 14
      3.1.1. *Produto interno bruto e valor acrescentado - Galiza*..... 14
      3.1.2. Produto Interno Bruto - Portugal 17
      3.1.3. *População empregada e produtividade*..... 18
      3.1.4. *Tecido empresarial*..... 20
   3.2. *Tendências de crescimento sectorial a longo prazo e potencial para novas empresas no sector primário* 21
      3.2.1. *Sector leiteiro*..... 21
      3.2.2. *Sector da carne*..... 22
      3.2.3. *Sector das aves de capoeira poedeiras*..... 24
      3.2.4. *Sector vitivinícola*..... 25
      3.2.5. *Sector da horticultura*..... 26
4. *A economia social no sector*..... 29
   4.1. *Participação da economia social no sector* 29
   4.2. *Diagnóstico do potencial sectorial e da adequação dos recursos e meios* 31
   4.3. *Evolução do papel da economia social* 35
   4.4. *SWOT do papel da economia social na Galiza* 37
5. *Histórias de Sucesso de Empresas no Setor Primário*..... 48
   5.1. *COGAL, S. Coop. Galega*..... 48
   5.2. *AIRA, S. Coop. Galega*..... 49
   5.3. *MARTÍN CODAX, S. Coop. Galega*..... 50
   5.4. WISECROP, PORTUGAL *51*
6. *Plano Diretor de Estímulo para a modernização do setor primário em empresas de economia social*..... 53
   6.1. *Visão a longo prazo* 53
   6.2. *Objetivos Estratégicos* 53
   6.3. *Objectivos operacionais* 53
   6.4. *Plano de Acção* 54
   6.5. *Descrição das principais agências de apoio à modernização do sector primário* 63

3272
3272
1917
1917

1 O projecto LACES

O projecto europeu de cooperação transfronteiriça denominado Laboratorios de apoyo a la creación de empleo y empresas de economía social - LACES, no âmbito do Programa Operacional Transfronteiriço Espanha Portugal - POCTEP, visa contribuir para a promoção e consolidação da economia social na Euroregião Galiza-Norte de Portugal, a fim de alcançar um salto quantitativo na sua capacidade de gerar e consolidar emprego.

Este objectivo deve ser alcançado através da execução de programas-piloto destinados a melhorar a competitividade e a estimular as empresas da economia social nas zonas transfronteiriças. Da mesma forma, o projecto LACES actuará como fonte de conhecimento e inovação para modernizar as estratégias de promoção e apoio desta economia solidária e colaborativa, favorecendo a consolidação e criação de empresas e emprego de qualidade na Euroregião.

O LACES é um projecto co-financiado em 75% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no âmbito do programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020.

LINKS DE PARCEIROS DE PROJETO

O Secretariado-Geral do Emprego do Ministério da Economia, Emprego e Indústria da Xunta de Galicia lidera a parceria do projecto LACES, também integrado pela Universidade de Santiago de Compostela, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, Tecminho, Asociación Galega de Cooperativas Agrarias (Agaca), EspazoCoop Unión de Cooperativas Galegas, Asociación Empresarial de Sociedades Laborais de Galicia (Aesgal), Associação Centro de Incubação Base Tecnológica do Minho (In.cubo) e Cámara, que conta com a participação da Universidade de Santiago de Compostela, Universidad de Trás os Montes e Alto Douro, Tecminho, Asociación Galega de Cooperativas Agrarias (Agaca), EspazoCoop Unión de Cooperativas Galegas, Asociación Empresarial de Sociedades Laborais de Galicia (Aesgal), Associação Centro de Incubação Base Tecnológica do Minho (In.cubo) e Cámara.

LINKS DE SERVIÇOS DO PROJETO

O LACES projecta um conjunto de serviços agrupados em quatro laboratórios-piloto destinados a implementar novas estratégias para promover e apoiar a economia social em sectores emergentes e modernizar os mais tradicionais para promover a consolidação e criação de empresas e emprego de qualidade na Euroregião.

1.1 Agendas sectoriais para a criação e consolidação de empresas da economia social

Enquadrada no laboratório de prospectiva da economia social e na identificação de oportunidades ligadas a sectores emergentes ou à exploração de recursos endógenos do espaço transfronteiriço, incluindo o sector primário, está contemplada a elaboração de agendas sectoriais para a promoção da criação e consolidação de empresas de economia social nos seguintes sectores emergentes e alinhadas com a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3):

	Turismo: modernização das indústrias do turismo
	Oportunidades relacionadas com o sector criativo e cultural: modernização das indústrias criativas
	Atividades de conservação e avaliação ambiental (uso de energia da biomassa)
	Este sector presta cuidados a pessoas em situação de dependência. Envelhecimento activo e vida saudável.
	Modernização do sector primário
	Indústria 4.0: modernização do sector industrial para melhorar a competitividade
	Oportunidades de negócio associadas ao sector das TIC
	Indústria agro-alimentar e biotecnológica

2 A economia social na Euro-região Galiza-Norte de Portugal

2.1 Regulamentação da economia social na euro-região

Este importante sector social tem um amplo reconhecimento institucional nos diferentes países da União Europeia (UE); reconhecimento em termos de legislação e políticas.

Na UE, nem todas as formas de economia social têm um grau de reconhecimento semelhante na ordem jurídica dos diferentes países. Neste sentido, três grupos de países podem ser identificados:

1. **Um primeiro grupo de países** caracteriza-se por ter uma legislação específica para as formas de economia social.
2. **Um segundo grupo de países** tem alguns elementos normativos, dispersos em diferentes leis, que regulam as entidades da economia social.
3. **Outro grupo de países** carece de uma figura normativa que regule determinadas formas de economia social.

Portugal e Galiza fazem parte do primeiro grupo, ao ter uma **legislação própria**, mas não homogénea, adaptando a legislação à realidade de cada país e região.

Neste sentido, **a economia social na Galiza** é regulada pela **Lei 6/2016, de 4 de Maio, sobre a economia social da Galiza**. Define economia social como o conjunto de actividades económicas e empresariais desenvolvidas no âmbito privado por entidades que prosseguem quer o interesse colectivo dos seus membros, quer o interesse económico ou social geral, ou ambos, apresentando-se dia após dia como um actor fundamental no desenvolvimento da sociedade actual.

O seguinte conjunto de formas jurídicas faria parte da economia social:

- Sociedades cooperativas galegas.
- Mútuos.
- Fundações e associações que desenvolvem actividades económicas.
- SOCIEDADES LABORALES;
- Empresas de inserção.
- Centros especiais de emprego.
- Guildas de pescadores.
- Empresas de transformação agrícola.
- Comunidades e comunidades de montanhas vizinhas na mão comum.
- Entidades singulares criadas por normas específicas que se regem pelos valores e princípios orientadores estabelecidos na Lei de Economia Social da Galiza, desde que desenvolvam uma actividade económica e empresarial.

Pelo contrário, o quadro regulamentar da economia social em Portugal corresponde à Lei das Bases da Economia Social Portugal nº 68/ XII-1ª (2013). Nesta base, entende-se por economia social o conjunto de actividades económico-sociais livremente exercidas por um catálogo de entidades (artigo 4º), entre as quais se destacam as seguintes:

- Cooperativas.
- Associações mútuas.
- Misericórdias.
- Fundações.
- Instituições particulares de solidariedade social.
- Associações com fins altruístas que atuam nos campos cultural, recreativo, esportivo e de desenvolvimento local.
- As entidades recolhidas pelos subsectores comunitário e auto-gerido, integradas nos termos da Constituição no sector cooperativo e social.

De acordo com a Lei das Bases da Economia Social em Portugal, **as actividades devem visar a prossecução do interesse geral da sociedade**, quer directamente, quer através da prossecução dos interesses do seu membro pessoal, utilizador e beneficiário.

2.2 A dimensão da economia social na Euro-região

A Euro-região Galiza-Norte de Portugal aumentou o seu peso no tecido produtivo e empresarial durante estes anos. Na Galiza, a economia social reúne mais de 7.000 entidades (segundo dados da Xunta de Galicia em 2015), e em Portugal já existem 80.321 organizações que empregam 5% da população empregada do país - 215.963 empregos - (Conta Satélite da Economia Social 2013 [2016]).

No entanto, há que ter em conta que existem diferenças importantes entre as duas realidades geográficas da economia social, especialmente no que se refere às questões jurídicas, o que dificulta a realização de análises comparativas. Assim, de acordo com dados de 2013 em Portugal, 93,35% das entidades da economia social são associações altruístas, a maioria delas sem atividade económica. Na Galiza, este tipo de entidade não faria parte da economia social, apenas estariam representadas as fundações e associações que desenvolvem actividades económicas.

2.2.1. Galiza

A economia social na Galiza em 2017, em relação às fórmulas jurídicas integradas neste setor, apresenta a seguinte estrutura:

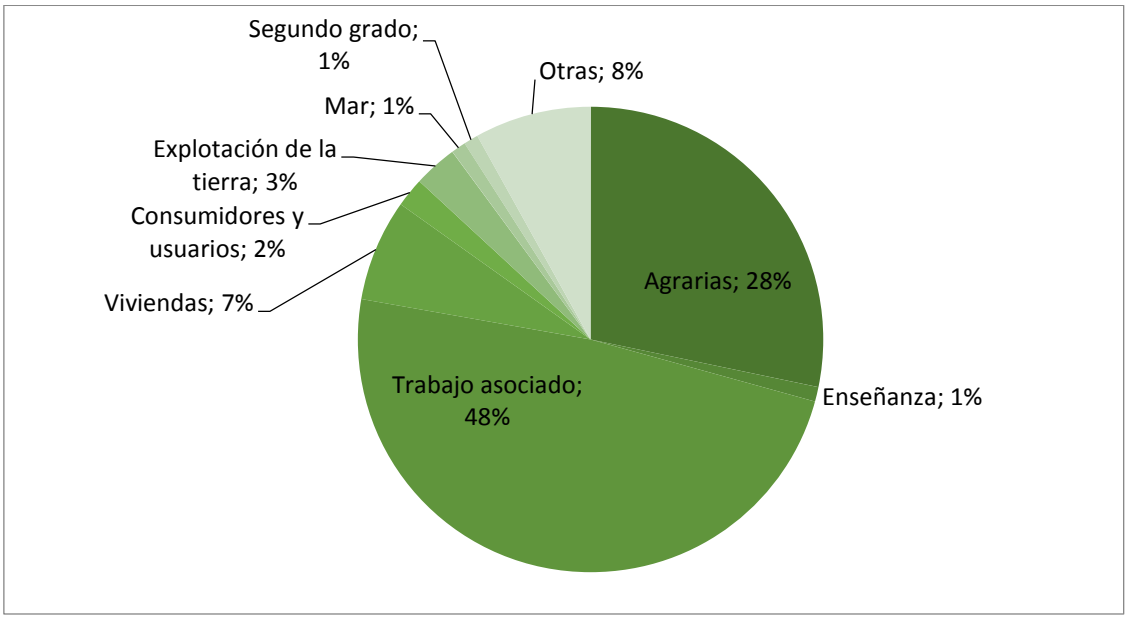
Tabela 01: Estrutura da Economia Social na Galiza, 2017

SECTOR DA ECONOMIA SOCIAL	NÚMERO ENTIDADES
Sociedades Cooperativas Galegas	1.309
Sociedades Laborales	1.663
Centros especiais de emprego	106
Empresas de inserção	12
Guildas de pescadores	63
Empresas de transformação agrícola	840
Fundações e associações que desenvolvem actividades económicas	3.322
Mutual	3
Comunidades e comunidades de montanhas vizinhas na mão comum	3.053
Total	**10.371**

Origem *Xunta de Galicia, 2017*

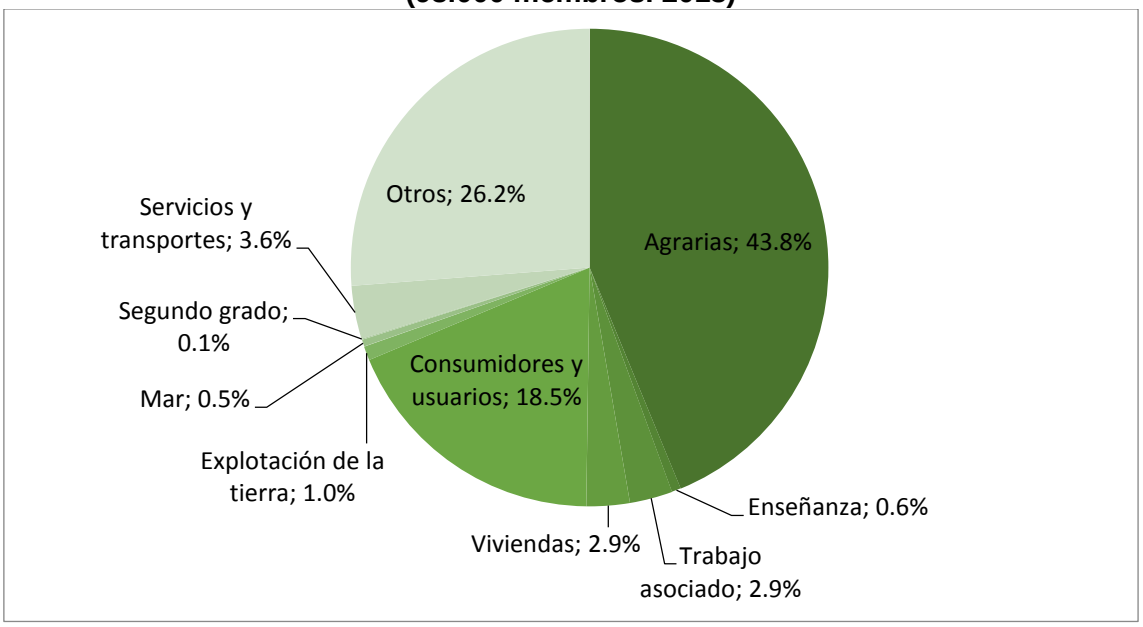
Na análise específica referente às cooperativas, como uma das formas jurídicas mais representativas do sector da economia social (com um peso aproximado de 19,94% do número total de entidades da economia social), o peso do cooperativismo na Galiza distribui-se da seguinte forma:

Gráfico 01: Tipologia das cooperativas galegas (1.309 cooperativas ativas. 2017)



Origem *Relatório Síntese das Cooperativas na Galiza, 2013*

Gráfico 02: Membros por classe. Galiza (93.000 membros. 2013)



Origem *Relatório Síntese das Cooperativas na Galiza, 2013*

2.2.2. Portugal

A economia social em Portugal, com base no INE/CASES 2013, em relação às fórmulas jurídicas integradas neste sector, tem a seguinte estrutura:

Tabela 02: Estrutura da Economia Social em Portugal, 2013

GRUPOS DE ENTIDADE	NÚMERO ENTIDADES	EMPLEO REMUNERADO
Cooperativas	2.117	24.316
Associações mútuas	111	4.896
Misericórdias	389	35.469
Fundações	578	10.871
Associações com Propósitos Altruístas (ACFA)	57.196	140.050
Subsectores comunitário e autogerido (SCA)	877	361
Economia social	**61.268**	**215.963**
Economia nacional	-	3.582.077
Economia social / Economia nacional	-	**6,00%**

Origem: *INE/CASES, 2013*

O sector da economia social caracteriza-se por uma grande heterogeneidade, estando presente em múltiplas áreas de actividade. De acordo com dados extraídos do último estudo do INE, as actividades relacionadas com a cultura, desporto e recreação representam mais de 50% do número total de unidades de actividade económica.

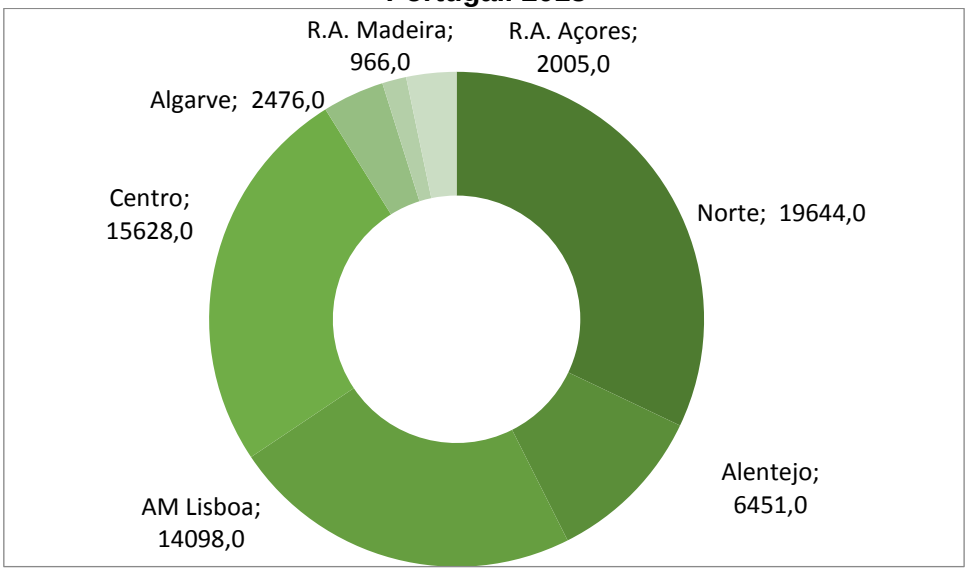
Tabela 03: Classificação das entidades de economia social segundo as atividades desenvolvidas em Portugal, 2013

CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DAS ENTIDADES DE ECONOMIA SOCIAL	NÚMERO ENTIDADES
Agricultura, silvicultura e pesca	435
Actividades de transformação	356
Comércio, consumo e serviços	805
Desenvolvimento, habitação e ambiente	2.925
Actividades financeiras	130
Ensino e pesquisa	2.492
Saúde e Bem-Estar	912
Acção e segurança social	9.539
Cultura, desporto e recreação	31.079
Eventos e congregações	8.386
Organizações profissionais, sindicais e políticas	2.944
Não especificado	1.265
Economia social	**61.268**

Origem: *INE/CASES, 2013*

Quanto à análise da distribuição espacial, por NUTS II, o gráfico seguinte elaborado com os dados do INE/CASES 2013 (última informação disponível) mostra que o Norte NUTS II concentra 32% das empresas da economia social portuguesa, seguido do Centro NUTS II (25,5%) e da área metropolitana de Lisboa (23%).

Gráfico 03: Distribuição espacial das empresas da economia social em Portugal. 2013



Origem: *INE/CASES, 2013*

3 O desenvolvimento do sector primário na Euroregião

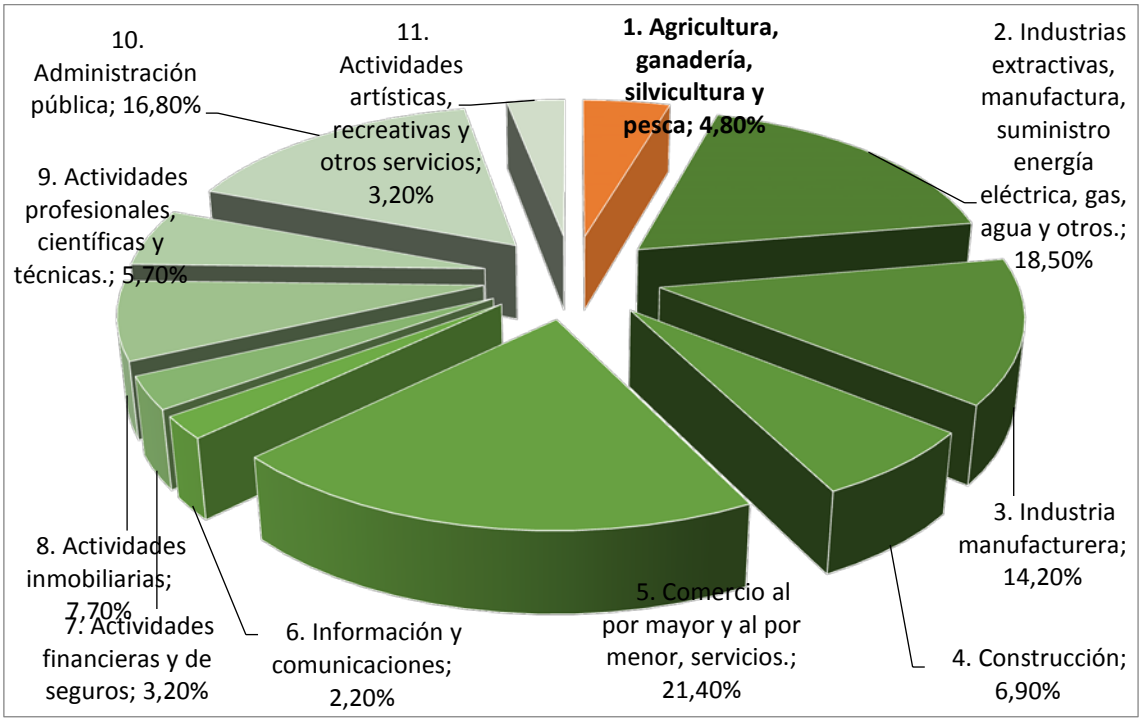
3.1 O sector primário na Euro-região: principais magnitudes sectoriais

Para analisar a tendência do sector primário galego, começaremos por falar das principais macromagnitudes, tanto do ponto de vista económico como técnico.

1. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) - GALIZA

Para estudar os pesos das diferentes atividades que contribuem para a riqueza da Galiza, do ponto de vista económico, reflete-se a distribuição do valor acrescentado bruto para o ano 2016:

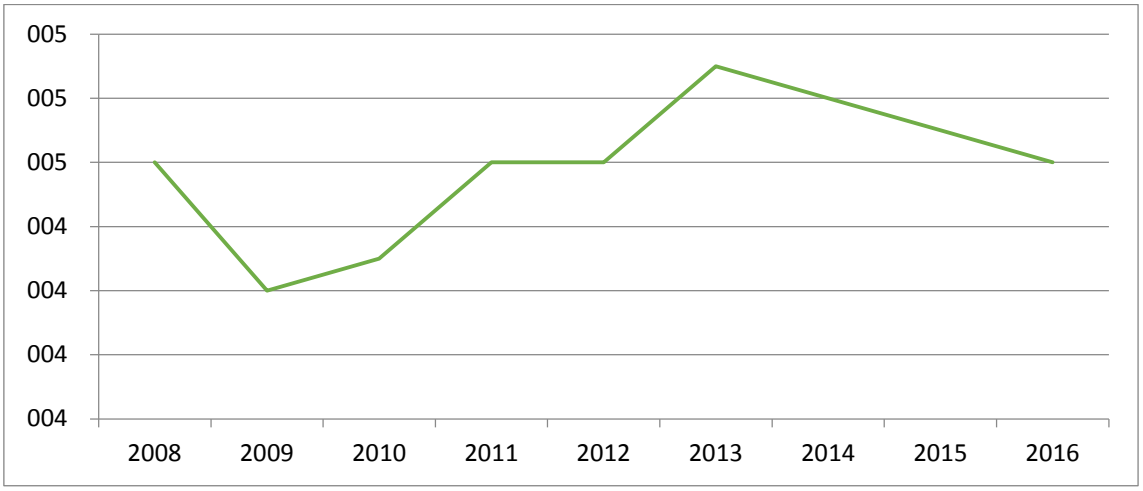
Gráfico 04: VAB/PIB (%), Galiza 2018



Origem Instituto Nacional de Estatística - 2018

Segundo o INE, o sector primário representa 4,80% do produto interno bruto (PIB) da Galiza em 2018, mas embora o volume do valor acrescentado bruto (VAB) não seja significativo em termos económicos em comparação com outros sectores, é em termos de distribuição da população no território galego. Embora falar de população rural não signifique falar directamente dos habitantes do meio rural, é evidente que a maior parte da população das zonas menos povoadas da Galiza está relacionada com o sector primário, directa ou indirectamente.

Gráfico 05: Evolução do VAB do sector primário/PIB (€) - Galiza

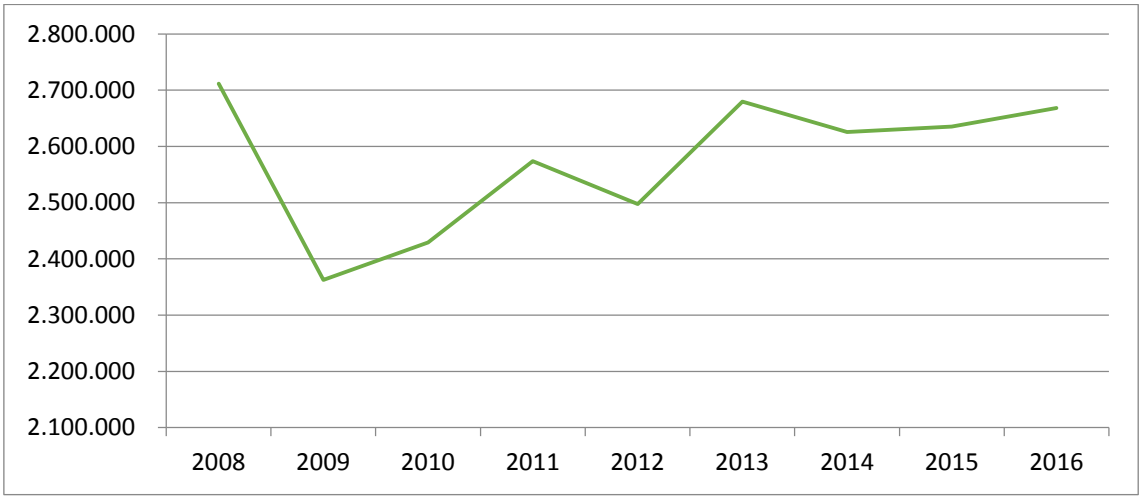


Origem *Elaborado pelos autores com base em dados do INE*

Relativamente à evolução do Valor Acrescentado Bruto do sector primário em relação à estrutura do PIB, este aumenta desde 2009, possivelmente devido à maior diminuição de outros sectores, como a construção ou a indústria, devido à crise económica. A partir de 2013 este setor perde peso no PIB, aproximando-se das áreas onde outros setores geram maior valor agregado.

A estrutura não corresponde à evolução do volume total de VAB gerado. O volume total neste período foi muito reduzido em 2009, possivelmente devido ao início da forte crise económica. Posteriormente, tem vindo a recuperar, embora não de forma estável, uma vez que sofre uma queda de 3% em 2012. Em 2016, ainda cria 2% menos VAB do que em 2008.

Gráfico 06: Valor acrescentado bruto (€) - Galiza

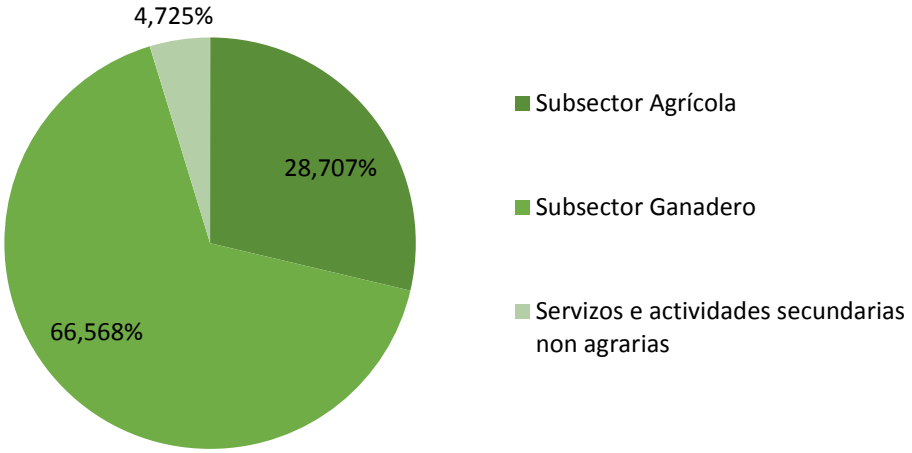


Origem *Elaborado pelos autores com base em dados do INE*

Se nos referimos ao peso do valor dos principais produtos pecuários e agrícolas da Galiza segundo os dados de 2008, o sector pecuário é o mais valioso, com 66,57% do

valor dos produtos do sector, equivalente a 1.816.502.000 €. O sector agrícola, por outro lado, contribui com 20,71%, o que corresponde a 783.355.000 €.

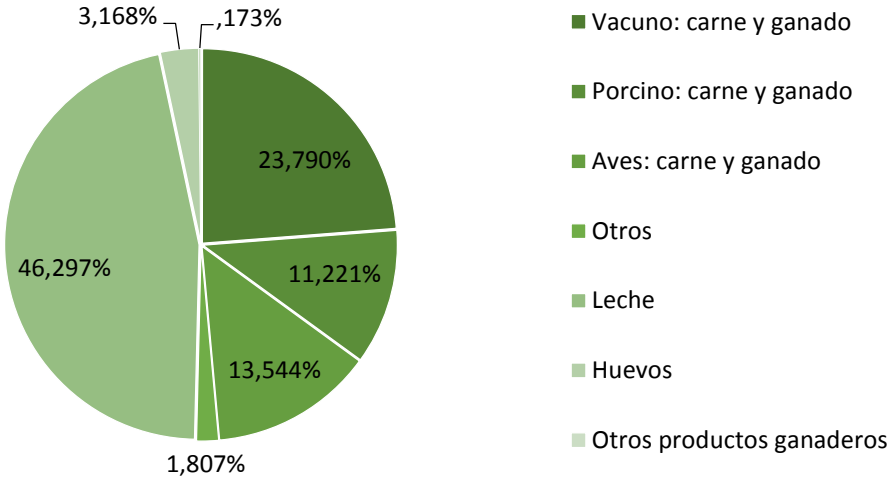
Gráfico 07: Peso dos animais e dos produtos agrícolas. Galiza



Origem *Elaborado pelos autores com base em dados do INE*

Dentro do subsector da pecuária, vemos a importância do gado, tanto em termos do valor da produção leiteira como da produção pecuária, representando 46,30% e 23,79%. Isto seria seguido pelo sector avícola, que acrescentando o valor da produção de carne e ovos acrescentaria 16,71% da produção animal. Por último, o sector suinícola contribui com 11,22 % do valor da produção deste subsector.

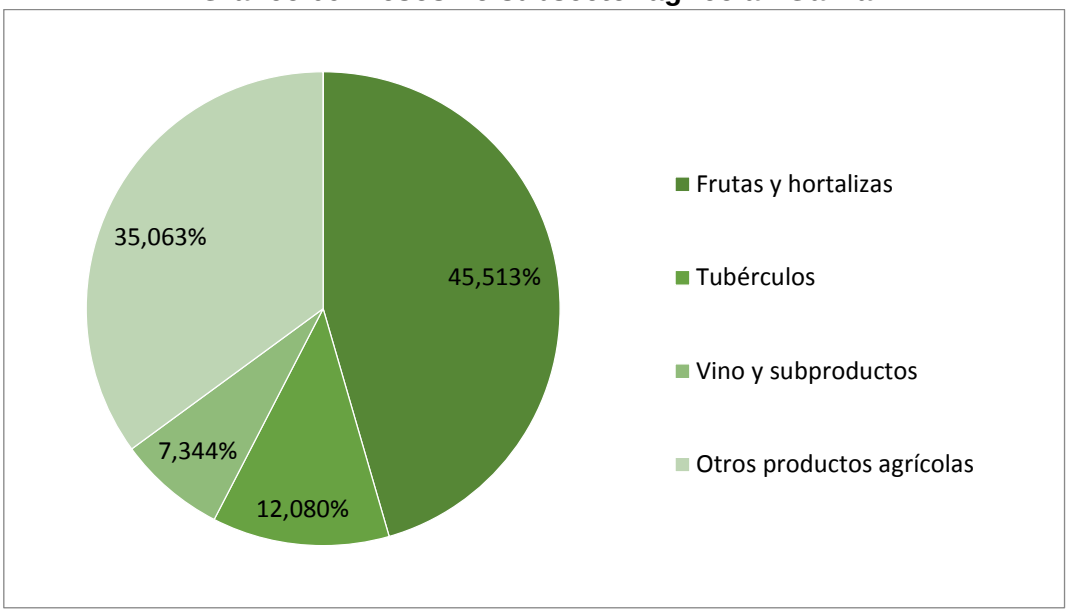
Gráfico 08: Pesos no subsector pecuário - Galiza



Origem *Elaborado pelos autores com base em dados do INE*

No subsector agrícola, as frutas e produtos hortícolas contribuem com 45,51% do valor da produção, seguidos dos outros produtos agrícolas com 35,06%, dos tubérculos com 12,08% e do sector vitivinícola com 7,34%.

Gráfico 09: Pesos no subsector agrícola - Galiza



Origem *Elaborado pelos autores com base em dados do INE*

2. PRODUCTO INTERIOR BRUTO (PIB) – PORTUGAL

Portugal, desde a sua inclusão na comunidade económica europeia, transformou-se numa economia de mercado bem diversificada baseada nos serviços (71% do PIB) seguida da indústria com 25% e apenas 4% corresponde ao sector agrícola, o que evidencia o seu crescimento nos últimos 5 anos.

Como referência, podemos analisar o comportamento da superfície agrícola e da superfície irrigada, em termos percentuais.

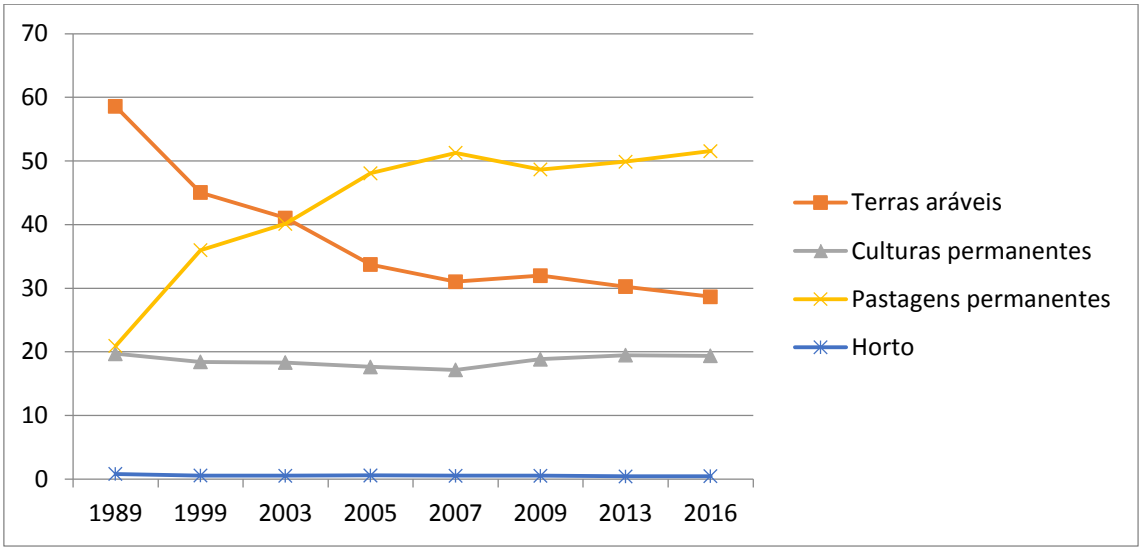
Tabela 04: Composição da superfície agrícola utilizada (unidades %)

	1989	1999	2003	2005	2007	2009	2013	2016
Terras aráveis	58,6	45,0	41,0	33,7	31,0	32,0	30,2	28,6
Culturas permanentes	19,7	18,4	18,3	17,6	17,2	18,8	19,5	19,4
Pastagens permanentes	20,9	36,0	40,1	48,1	51,3	48,7	49,9	51,5
Horto	0,8	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Superfície irrigada / Superfície agrícola utilizada	21,9	20,5	17,7	16,3	16,9	14,7	15,1	15,1

Origem *INE, I.P., Recenseamento Geral da Agricultura - 1989, 1999 e 2009 e Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas - 2003, 2005, 2007, 2013 e 2016.*

De acordo com os recenseamentos agrícolas de 1989 a 2016, a utilização de terras aráveis diminuiu progressivamente, permitindo o aumento das superfícies com pastagens permanentes, o que mostra que, à semelhança do caso da Galiza, Portugal tem o problema do abandono do setor rural.

Gráfico 10: Comportamento das terras agrícolas - Portugal

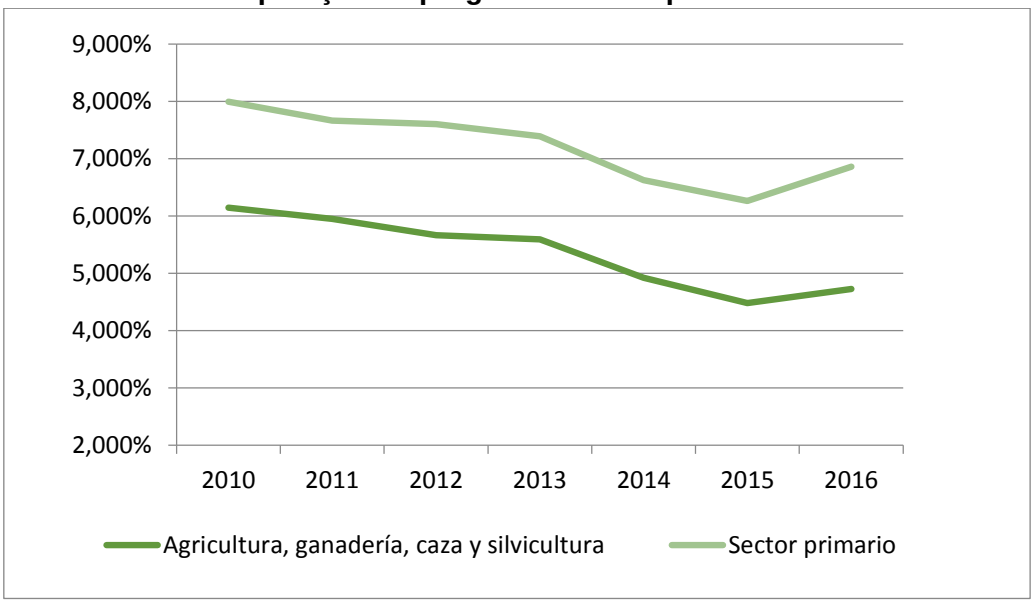


Fuente: *Elaboración propia a partir de la Tabla 04*

3. POPULAÇÃO EMPREGADA E PRODUTIVIDADE

Em termos de emprego, a população empregada no sector primário da Galiza é de 6,86%, dos quais 4,73% pertencem ao sector da agricultura e da pecuária.

Gráfico 11: População empregada no setor primário - Galiza 2016.

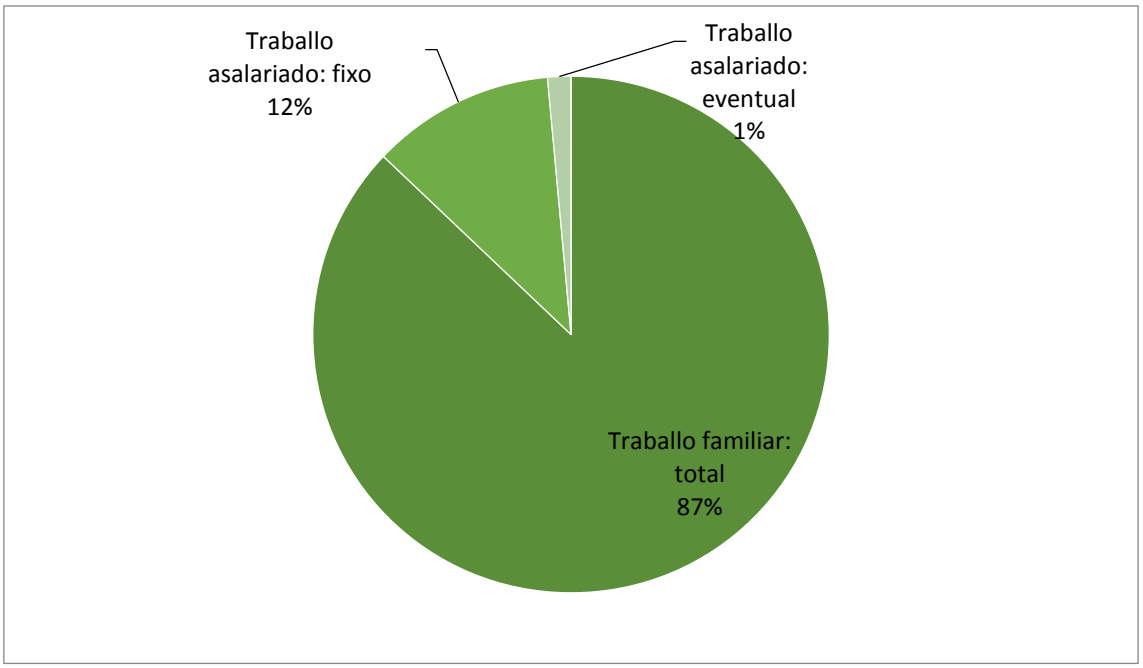


Origem *Elaborado pelos autores com base em dados do INE*

Tanto na estrutura como no volume de pessoas empregadas, o setor primário tem tido uma tendência descendente desde que os dados ficaram disponíveis, mudando no ano de 2016.

A força de trabalho a partir da qual este sector é fornecido tem a característica de ser de tipo familiar. O ano de 2013 foi tomado como referência. Neste ano, 87% dos trabalhadores do setor agro-pecuário são proprietários ou parentes de proprietários, contra 11% que são trabalhadores sem vínculo familiar direto; e 1% que são temporários.

Gráfico 12: Unidade de trabalho agrícola (UTA)[2] Galiza 2013



Origem *Instituto Galego de Estatística Agrária, IGE*

Em termos de produtividade, relacionando o VAB com o número de trabalhadores, vemos uma tendência ascendente muito importante, quase duplicando nos últimos dez anos.

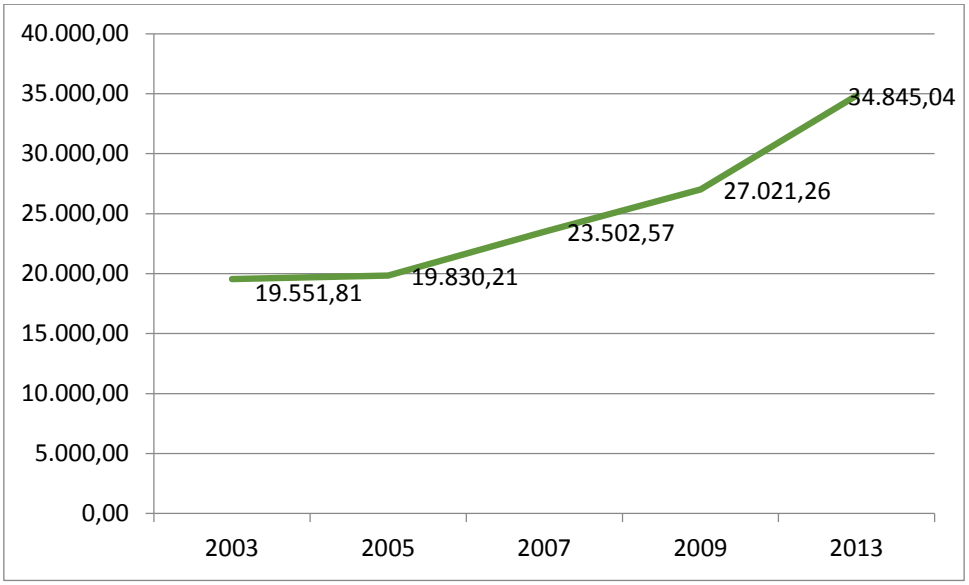
Tabela 05:

Produtividade do sector agro-pecuário em € / AWU				
2003	**2005**	**2007**	**2009**	**2013**
19.551,81	19.830,21	23.502,57	27.021,26	34.845,04

Origem *Elaborado pelos autores com base em dados do INE*

[2] UTA: Unidad de trabajo agrario. El trabajo efectuado por una persona dedicada a tiempo completo durante un año a la actividad agraria.

Gráfico 13: Produtividade do setor agro-pecuário (VEB / UTA) 2013

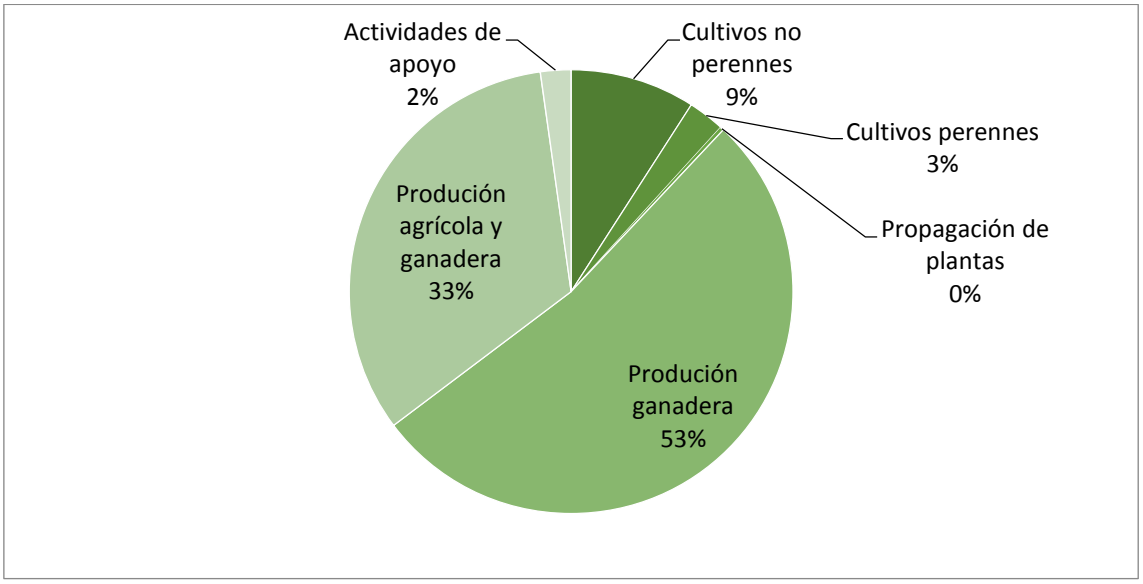


Origem *Elaborado a partir do Instituto Galego de Estatística Agrária, IGE*

4. TECIDO EMPRESARIAL

Em 2015, um total de 245.417 empresas com sede na Galiza fazem parte da actividade económica. Destes, 17,60% pertencem ao sector primário.

Gráfico 14: Pesos no setor primário



Origem *Instituto Galego de Estatística Agrária, IGE*

O sector que abrange mais empresas seria o da pecuária, com 52,67% como actividade única, e 33,04% ligados às actividades agrícolas.

3.2 Tendências de crescimento sectorial a longo prazo e potencial de criação de empresas no sector primário

Segue-se a tendência dos principais subsetores galegos, nos últimos três anos, com dados oficiais. Os principais sectores da Galiza, de acordo com a sua importância económica, na pecuária e na agricultura são os seguintes:

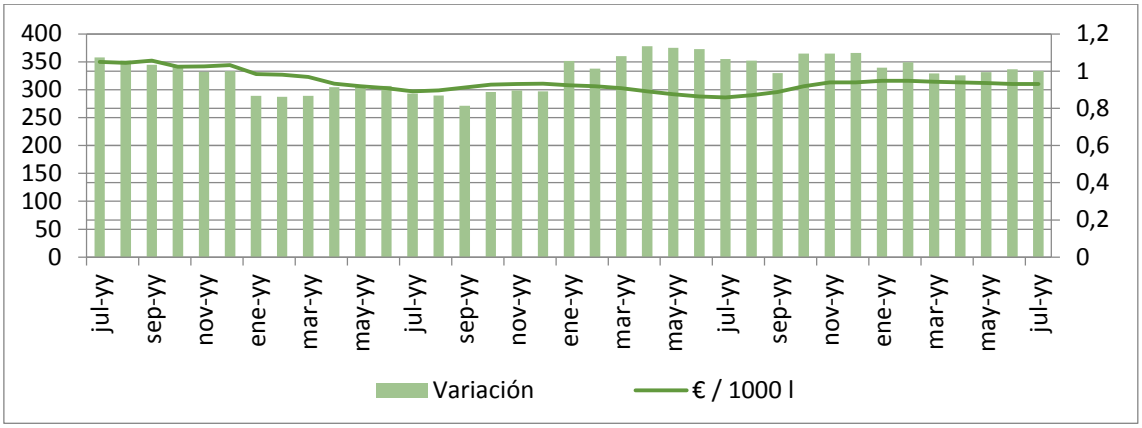
1. *SECTOR LEITEIRO*

O sector leiteiro é um sector estratégico na Galiza por razões económicas, dado o seu importante contributo para o valor acrescentado bruto do sector primário, por razões de ordenamento do território, na medida em que ajuda a fixar a população em zonas menos densas, por razões de sustentabilidade ambiental, devido à evidente ligação com o território para a produção de forragens, conservação de pastagens, etc..

A análise deste setor tem sido realizada em torno do gado leiteiro, por ser a espécie mais representativa, com 99,04% do volume total. A Galiza é líder na produção de leite a nível estatal, com 55% das explorações agrícolas.

Atualmente, de acordo com a declaração obrigatória do setor de leite bovino julho 2017, a Galiza tem 8.256 fazendas que entregam leite para a indústria de laticínios e 53 compradores, que declararam leite que no mês passado.

Gráfico 15: Evolução da produção e do preço do leite (2015-2017)



Origem *Elaborado a partir do Instituto Galego de Estatística Agrária, IGE*

O preço por litro de leite é muito volátil, embora nos últimos meses tende a se estabilizar, muitas vezes sofrem flutuações significativas em períodos curtos. O gráfico mostra que quando o preço tende a cair, e após o tempo de resposta, a produção é reduzida. Este tempo de resposta é de aproximadamente quatro meses. Este tempo de resposta deve-se às poucas decisões que os produtores podem tomar para reduzir a produção num curto espaço de tempo.

Para o período de agosto de 2015 a julho de 2016, tomando como referência a produção dos doze meses anteriores, a produção é reduzida em 10%, e para o próximo intervalo de agosto de 2016 a julho de 2017 aumenta em 3%.

Em termos de volume de negócios, os produtores de leite galegos representam cerca de 25% do volume de negócios total do sector primário em 2014, e estão a crescer gradualmente.

Tabela 06: Volume de negócios do sector leiteiro - Galiza

	2012	2013	2014
Milhões de euros	667,99	839,39	900,39
Relevância no sector primário galego	**21%**	**23%**	**25%**

Fuente: *Anuario de Estadística Agraria (2014, 2015 y 2016)*

2. SECTOR CÁRNICO

A Galiza possui um efectivo pecuário diferenciado e apreciado pelo resultado de uma alimentação de qualidade, pelo melhoramento genético, pela promoção das raças autóctones e pela aplicação dos protocolos sanitários existentes.

As principais espécies que partilham o mercado da carne, de acordo com a sua relevância, são as seguintes:

✓ *SUBSECTOR DA CARNE DE AVES DE CAPOEIRA*

A Galiza é a segunda comunidade em termos de número de explorações avícolas, com 16% do total espanhol e só superada pela Catalunha, enquanto o volume de produção de carne representa 12,9% do Estado.

A carne de aves de capoeira representa 51 % da produção total de carne na Galiza, com uma produção total de 181386 toneladas em 2014. E um volume de negócios de 400,90 milhões de euros.

Tabela 07: Facturação do subsector da carne de aves de capoeira - Galiza

Carne de aves de capoeira	Carne (t)	Volume de negócios total (milhões €)
2012	176154	400,80
2013	172882	332,82
2014	181386	351,82

Origem *Elaborado a partir do Anuário das Estatísticas Agrícolas (2014, 2015 e 2016)*

Esta tendência é decrescente em relação aos anos anteriores, de 2012 a 2013 a produção diminuiu 2% e o volume de negócios 17%, possivelmente motivado pela crise de preços vivida no sector. Entre 2013 e 2014, a tendência da produção muda, uma vez que aumenta 3% em relação a 2012, mas o volume de negócios continua a diminuir 12% em relação a esse ano.

Em termos de renda por quilograma recebido pelos produtores, vemos uma queda significativa em 2013 e uma ligeira melhoria em 2014.

Gráfico 16: Rendimento do subsector da carne de aves de capoeira (€/kg)

Origem *Elaborado a partir do Anuário das Estatísticas Agrícolas (2016, 2015 e 2014)*

✓ *BEEF SUBSECTOR*

O setor da carne de bovino representa cerca de 15% da produção total de carne na Galiza, com 86253 toneladas em 2014. E um volume de negócios de 522,14 milhões de euros.

Tabela 08: Facturação do subsector da carne de bovino - Galiza

Carne de bovino	Carne (t)	Volume de negócios (milhões €)
2012	**91219**	**464,11**
2013	**87400**	**499,73**
2014	**86253**	**522,14**

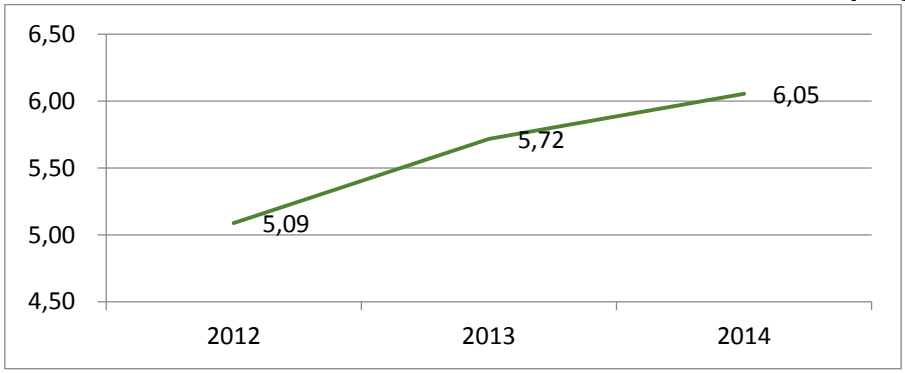
Origem *Elaborado a partir do Anuário de Estatística Agrária (2016, 2015 y 2014)*

A tendência em termos de volume de produção está a diminuir. De 2012 a 2013 é reduzida em 4% e de 2012 a 2014 em 5%. No que respeita ao volume de negócios do produtor em 2013, o volume de negócios aumentou oito pontos em relação a 2012 e, em 2014, treze pontos em relação ao mesmo ano.

Quanto ao rendimento por quilograma recebido pelos produtores, observamos uma importante tendência ascendente neste trienio

.

Gráfico 17: Rendimento do subsector da carne de bovino (€/kg)



Origem *Elaborado a partir do Anuário Estatística Agrária (2016, 2015 y 2014)*

✓ *O SUBSECTOR DOS SUÍNOS:*

A Galiza conta com 28.214 explorações, que representam 32,6% das explorações de suínos em Espanha. Em termos de número de animais, a percentagem é muito inferior, cerca de 4%.

Dentro do peso da produção na comunidade, cerca de 6% da produção total de carne.

Tabela 09: Facturação do subsector suinícola - Galiza

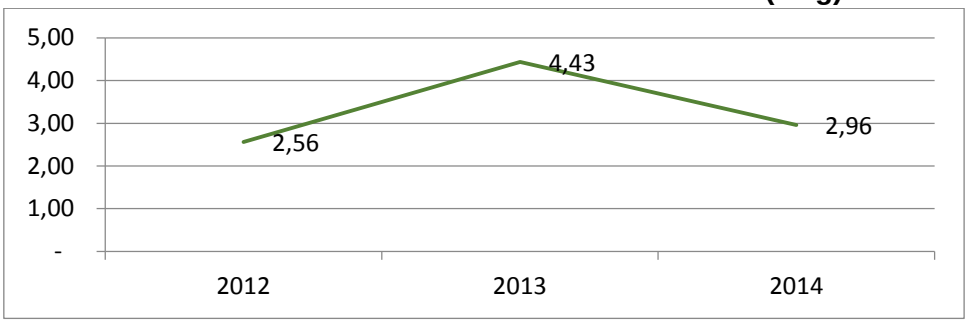
Porco	Carne (t)	Volume de negócios (milhões €)
2012	**75130**	**192,57**
2013	**71840**	**318,41**
2014	**77934**	**230,65**

Origem *Elaborado a partir do Anuário de Estatística Agrária (2016, 2015 y 2014)*

Em termos de volume de produção para o período de 2012-2014, o ano de referência de 2012 foi reduzido em quatro pontos em 2013 e aumentado em quatro pontos com referência ao mesmo ano em 2014. Por outro lado, o volume de negócios em 2013 aumentou 65% em relação ao ano anterior e em 2014 aumentou 20% em relação a 2012.

Em termos de rendimento por quilograma recebido pelos produtores, este período é instável. Há um aumento em 2014 e uma diminuição em 2015.

Gráfico 18: Rendimento do subsector dos suínos (€/kg)



Origem *Elaborado a partir do Anuário das Estatísticas Agrícolas (2016, 2015 e 2014)*

3. *SECTOR DAS AVES DE CAPOEIRA POEDEIRAS:*

A Galiza produz 4% do ovo do Estado e tem 5% do recenseamento das galinhas poedeiras.

Tabela 10: Volume de negócios do sector das aves de capoeira poedeiras - Galiza

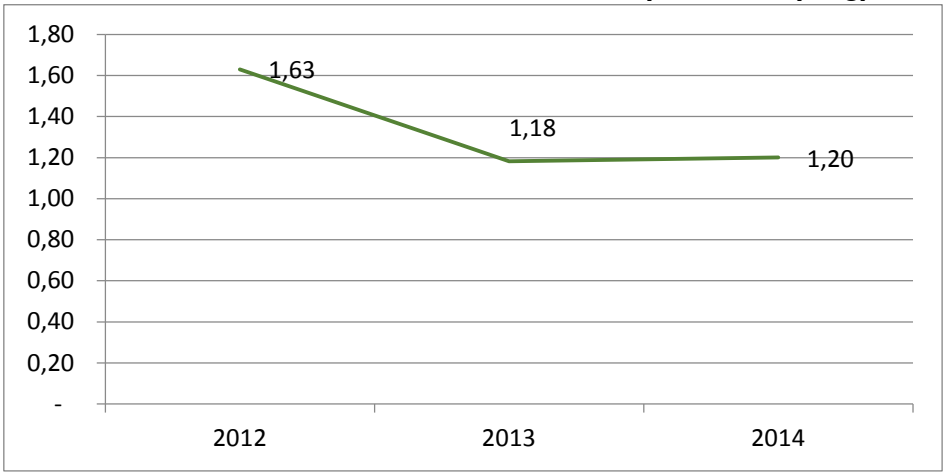
Avícola de puesta	Miles de docenas	Facturación (millones €)
2012	**51.759**	**84,36**
2013	**49.188**	**58,15**
2014	**51.492**	**61,8**

Origem *Elaborado a partir do Anuário das Estatísticas Agrícolas (2016, 2015 e 2014)*

A produção de ovos na Galiza no período de 2012 a 2014 foi reduzida no primeiro ano em 5% e no segundo ano em 1% em relação a 2012. Por outro lado, o volume de negócios do período também diminuiu 31% em 2013 e 27% em 2014 em relação a 2012.

A tendência do rendimento por dúzia de ovos neste período não é estável. Reduzir o preço em 2013 e aumentá-lo ligeiramente em 2014.

Gráfico 19: Rendimento do sector avícola poedeiras (€/kg)



Origem *Elaborado a partir do Anuário Estatístico Agrário (2016, 2015 e 2014)*

4. SECTOR VITIVINÍCOLA:

O sector vitivinícola da Galiza tem 220 679 explorações e cinco denominações de origem: "Ribeiro" "Valdeorras" "Monterrei" "Ribeira Sacra" "Rias Baixas" e "Viños da Terra"

Tabela 11: Volume de negócios no sector vitivinícola - Galiza

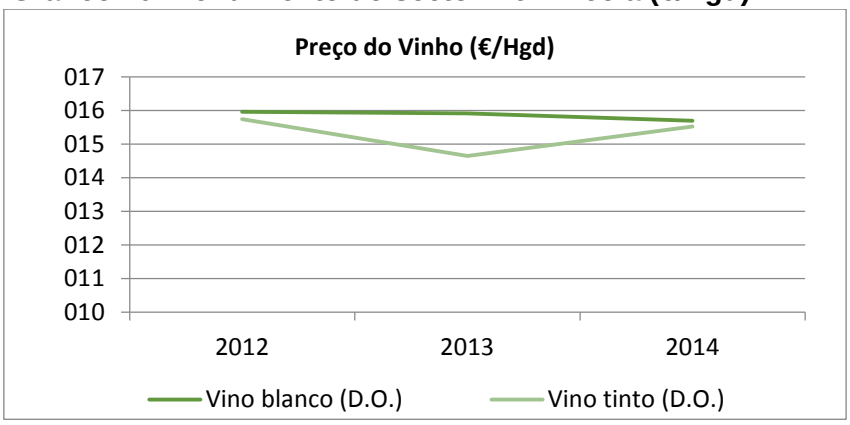
	Produção (t)	Facturação (€)
2012	**125.038**	**30,08**
2013	**164.436**	**51,44**
2014	**131.291**	**35,78**

Origem *Elaborado a partir do Anuário Estatístico Agrário (2016, 2015 e 2014)*

A safra de 2013 em relação ao ano anterior teve um aumento significativo no volume, especificamente representado por 31% a mais. Até 2014, a produção aumentará 5% em relação a 2012. Em termos de volume de negócios, os valores em 2013 aumentaram 75% e em 2014 19%, comparando ambos os anos com 2012.

Para o estudo do preço do vinho foi tomado como referência o preço dos produtos agrícolas. Como se pode ver no gráfico 19, o preço do vinho branco continua com uma ligeira tendência descendente e o do vinho tinto em 2013 cai 7% em relação a 2012 e em 2014 sobe 6% em relação ao ano anterior, mantendo os preços de 2012.

Gráfico 20: Rendimento do sector vitivinícola (€/Hgd)



Origem *Elaborado a partir do Anuário Estatístico Agrário (2016, 2015 e 2014)*

5. SECTOR DA HORTICULTURA:

A produção hortícola da Galiza distingue-se pela promoção de culturas intensivas e extensivas, com a existência de um produto potencialmente diferenciado, mantendo o sabor original ligado ao território, como forma de preservar a nossa identidade agrícola.

Para a apresentação do sector dos pomares na Galiza, compilámos dados sobre tubérculos e produtos hortícolas, disponíveis no Anuário de Estatística Agrícola e no Instituto Galego de Estatística.

Tabela 12: Volume de negócios do sector da Horticultura - Galiza

Huerta	Produção (t)	Facturação (€)
2012	**735086**	**489,343525**
2013	**700827**	**507,975965**
2014	**784209**	**471,47**

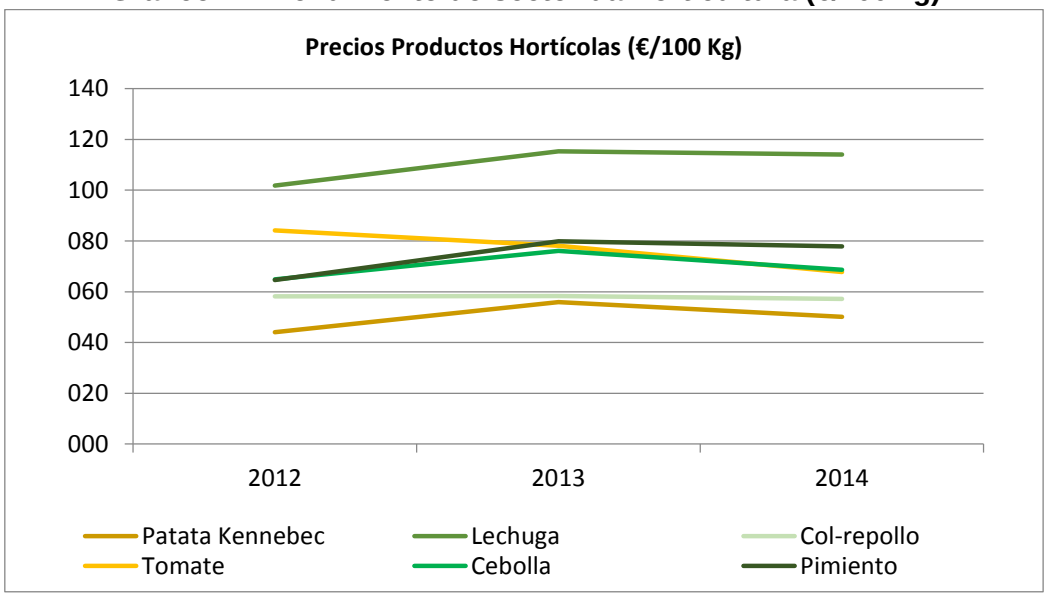
Origem *Elaborado a partir do Anuário das Estatísticas Agrícolas (2016, 2015 e 2014)*

Nesse período de 2012 a 2014, a produção vem mudando. Tomando 2012 como ano de referência, em 2013 a produção é reduzida em 5% e em 2014 aumenta em 6%. Por outro lado, o volume de negócios em 2013 aumenta 3% face ao ano anterior e em 2014 diminui 4% face ao mesmo ano.

Para o estudo da evolução dos preços dos produtos hortícolas, tomaram-se como referência os preços agrícolas de seis produtos: batata, tomate, alface, cebola, couve, repolho e pimento.

Como pode ser visto no gráfico, a tendência em 2013 é aumentar o preço, exceto para o tomate e a couve. Em contraste, em 2014, todos os preços tendem a cair.

Gráfico 21: Rendimento do sector da Horticultura (€/100 kg)



Origem *Elaborado a partir do Anuário das Estatísticas Agrícolas (2014, 2015 e 2016)*

4. A economia social no sector

4.1. Participação da Economia Social no sector

Na Galiza, segundo dados do Instituto Galego de Estatística (IGE), existem, em 2012, 1143 cooperativas activas, das quais 351 são cooperativas agrícolas, o que representa cerca de 30%. A Tabela 12 mostra a evolução deste tipo de cooperativas, cujo número tem aumentado na comunidade no intervalo de anos para os quais existem dados disponíveis (2009 a 2012).

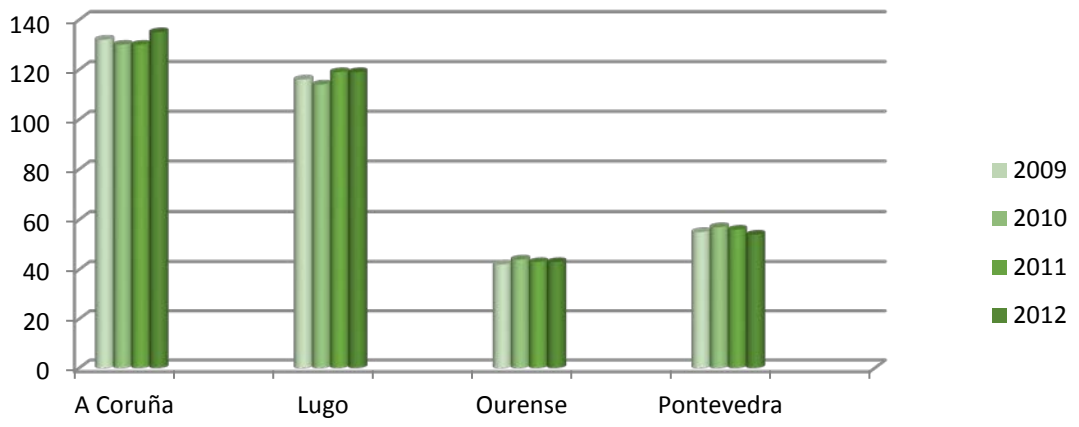
Tabela 13: Cooperativas activas totais e agrícolas a nível provincial e autonómico

	A Coruña		Lugo		Ourense		Pontevedra		Galicia	
	Total	Agrária	Total	Agrária	Total	Agrária	Total	Agrária	Total	Agrária
2009	453	132	214	116	152	42	304	55	1123	345
2010	466	130	215	114	163	44	316	57	1160	345
2011	444	130	218	119	166	43	313	56	1141	348
2012	453	135	211	119	164	43	315	54	1143	351

Origem *Dados do Instituto Galego de Estatística, IGE*

Tendo em conta a distribuição das cooperativas agrícolas por províncias, como mostra o gráfico 21, observa-se que o maior número está localizado nas províncias de A Coruña e Lugo, onde se concentra a maioria das cooperativas relacionadas com o sector da carne de bovino, uma vez que são as mais especializadas na comunidade. Quanto à sua evolução, no intervalo de 2009 a 2012, esta é favorável a todas as províncias, pois há um aumento do número de cooperativas, com excepção de Pontevedra, onde se verifica um ligeiro decréscimo.

Gráfico 22: Distribuição e evolução do número de cooperativas agrícolas por província (anos 2009-2012)



Fuente: *Elaboración a partir de datos del Instituto Gallego de Estadística, IGE*

A partir dos dados obtidos a partir das estatísticas do Ministério do Emprego e Segurança Social (MEYSS) correspondentes à tabela 13, verifica-se uma diminuição do número de cooperativas agrícolas registadas na Segurança Social desde 2007, no entanto o número de trabalhadores na mesma quase não varia, uma vez que, embora a partir de 2010 haja uma diminuição, em 2015 recupera, o que se traduz num aumento do número de trabalhadores por cooperativa. Consequentemente, esta informação permite aproximar uma média de 7 trabalhadores por cooperativa.

Tabela 14 : Evolução do número de cooperativas agrícolas e do seu número de trabalhadores na Galiza (2007-2016)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº Cooperativas	213	214	208	201	193	195	191	187	187	178
Nº de trabalhadores	1393	1414	1404	1395	1363	1365	1336	1330	1381	1381

Origem *Elaborado a partir de dados de cooperativas agrícolas cadastradas no Seguro Social (MEYSS)*

Na mesma linha, o número de cooperativas agrícolas constituídas anualmente na comunidade tem oscilado entre 2007 e 2016 (tabela 14), com uma média de 6,9 cooperativas constituídas por ano. Se analisarmos o número de membros iniciais, constatamos que houve uma redução considerável no número de membros iniciais nos anos de 2015 e 2016.

Tabela 15: Cooperativas agrícolas constituídas por ano e número de sócios iniciais na Galiza (2007-2016)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº Cooperativas	9	8	8	5	9	5	9	6	4	6
Nº Parceiros Iniciais	133	64	233	1221	623	124	112	143	24	55

Origem *Elaborado a partir de dados de cooperativas agrícolas cadastradas no Seguro Social (MEYSS)*

Do ponto de vista do número de sócios, embora as cooperativas agrícolas não sejam as mais numerosas na Galiza, são as que registam o maior número de sócios, uma vez que a maior parte delas são de dimensão média, estimando-se que esta percentagem seja de aproximadamente 46% do número total de sócios cooperativos na Galiza.

Com base nas publicações da Xunta de Galicia, para 2011, há um total de 1.141 cooperativas activas, que têm cerca de 80.000 sócios e criam cerca de 28.000 empregos directos. Deste número total de cooperativas activas, cerca de 30% são cooperativas agrícolas.

De acordo com os dados da última atualização do Diretório de Cooperativas Agroalimentares de Espanha (OSCAE), correspondente ao ano 2015, as cooperativas agrícolas galegas faturaram em 2015, 7% do total faturado pelo cooperativismo agrícola estatal, o que, em números, significa mais de 1.800 milhões de euros.

As cooperativas galegas constituem um factor muito importante para o desenvolvimento económico da Galiza, embora se verifique um efeito produzido pelo

eventual abandono da actividade e, além disso, é necessário ter em conta o efeito da concentração de empresas (menor número de cooperativas e maior volume de negócios).

As cooperativas agrícolas são formadas em torno de uma grande variedade de subsectores agrícolas. De acordo com a especialização agrícola galega, as mais numerosas cooperativas estão relacionadas com o sector da carne de bovino, tanto para a produção de leite como para a produção de carne, as culturas hortícolas e frutícolas ou a produção de vinho.

Foi analisada uma amostra de 75 cooperativas de primeiro grau que são membros da AGACA para o ano de 2015 (incluindo o SAT), na qual se observa que o maior número corresponde às cooperativas de gado leiteiro, com 44% do total. Seguem-se as cooperativas de alimentação animal, com pouco mais de 13%, e as cooperativas de pomares, flores e vinhos, com pouco menos de 11%, bem como as cooperativas de carne, com quase 7%. O restante corresponde a cooperativas de coelhos, serviços, lojas e créditos, que não chegam a 3% cada, e cooperativas de suínos, suprimentos e mel, com pouco mais de 1% do número total de atividades.

4.2. Diagnóstico do potencial sectorial e da adequação dos recursos e meios.

A Aliança Cooperativa Internacional inclui na "Declaração sobre a Identidade Cooperativa" a definição da cooperativa como uma associação autónoma de pessoas voluntariamente unidas para satisfazer as suas necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais comuns através de uma empresa conjunta e gerida democraticamente.

A Aliança Cooperativa Internacional (Congresso e Assembléia Geral, 1995) identifica cinco razões de ser das cooperativas: elas mantêm benefícios econômicos dentro da comunidade, promovem a democracia, constroem mercados abertos, aumentam a dignidade humana e promovem o desenvolvimento regional e nacional.

Mais especificamente, em nível estadual, a Lei 27/1999, de 16 de julho, sobre Cooperativas, estabelece que a cooperativa é uma sociedade constituída por pessoas que se associam, em um sistema de livre adesão e cancelamento voluntário de registro, para realizar atividades empresariais destinadas a satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas e sociais, com uma estrutura e funcionamento democráticos, de acordo com os princípios formulados pela aliança cooperativa internacional, nos termos resultantes desta Lei.

A Lei 5/1998, de 18 de Dezembro, alterada pela Lei 14/2011, de 16 de Dezembro, define como cooperativas agrícolas as cooperativas constituídas por proprietários de explorações agrícolas, pecuárias ou florestais, que tenham por objecto a realização de todo o tipo de operações destinadas a valorizar as explorações dos seus membros, os seus elementos ou componentes e a cooperativa e a melhorar a população agrícola e o desenvolvimento do meio rural, bem como a atender a qualquer outro fim ou serviço específico ou directamente relacionado com a actividade agrícola, pecuária ou florestal. As explorações agrícolas dos seus membros devem inserir-se no âmbito territorial da cooperativa, estabelecido por lei.

De acordo com estas definições, uma cooperativa é considerada uma empresa diferente, na qual estão associadas pessoas com necessidades sociais e económicas comuns, que podem ser melhor cobertas colectivamente do que individualmente, e na qual a participação de membros e trabalhadores é muito superior à das empresas mercantis, levando, em muitos casos, a uma maior produtividade e rentabilidade.

Os pontos fortes das cooperativas são manifestados pela implementação dos princípios cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional, especialmente o princípio do interesse comunitário, que enfatiza a natureza endógena dos processos de desenvolvimento, procurando gerar riqueza na área onde as cooperativas estão localizadas, o que é muito importante no caso das cooperativas agrícolas; o princípio da autonomia e independência, segundo o qual as sociedades cooperativas, independentemente dos impulsos que possam receber das administrações públicas ou de outros organismos, devem procurar a sua independência na realização dos seus objectivos e dos seus princípios de eficácia empresarial; e o princípio da intercooperação, através do qual as cooperativas devem estabelecer ligações entre si, promovendo assim os processos de desenvolvimento, o que contribui para consolidar e reforçar o sector.

A cooperativa é uma das formas jurídicas que podem interessar a um empresário no arranque de uma nova iniciativa empresarial, já que é uma das entidades de economia social contempladas pela legislação galega na Lei 6/2016 de 4 de Maio sobre a Economia Social da Galiza; possui vantagens legais, subsídios e incentivos fiscais que facilitam a sua implementação e posterior consolidação, e é também uma das principais fontes de geração de emprego e riqueza, especialmente em sectores como a agricultura.

As cooperativas agrícolas representam um factor considerável na viabilidade económica das zonas rurais, contribuindo assim para o desenvolvimento rural e para o sector primário, uma vez que estão totalmente implantadas no meio rural. Na verdade, eles podem ser considerados verdadeiros agentes de desenvolvimento do lugar onde vivem porque trazem muitos benefícios do ponto de vista social e econômico:

- ✓ Manter empregos de qualidade, constituindo uma importante fonte de emprego directo e indirecto
- ✓ Fixam população em seu território, já que são empresas enraizadas no mesmo, de deslocalização muito difícil e com vocação de permanência.
- ✓ Originam crescimento empresarial, de tal forma que mantêm e consolidam a actividade nas zonas rurais.
- ✓ Estão ligados aos processos de valorização dos recursos locais;
- ✓ Melhoram o bem-estar social e a qualidade de vida dos seus habitantes;
- ✓ São agentes importantes na implementação de sistemas de produção sustentáveis do ponto de vista ambiental.
- ✓ Favorecem a diversificação das actividades nas zonas rurais, que é essencial para a adaptação da economia rural à situação actual.
- ✓ Eles oferecem uma garantia de qualidade em seus produtos.
- ✓ Proporcionam maior estabilidade de oportunidades para as mulheres.

Além disso, a gestão democrática das cooperativas e a responsabilidade conjunta dos membros aumentam a motivação, o esforço e o envolvimento, o que confere a estas empresas maior eficiência e resiliência em tempos de crise. Em todo o caso, seria

necessário um maior grau de formação em gestão e organização económicas, bem como a inclusão, em alguns casos, de factores de inovação, incluindo novas técnicas de produção e novas variedades de produtos ou novas tecnologias.

A competitividade das explorações agrícolas aumentou devido à melhoria do seu poder de negociação face aos clientes e fornecedores através da sua incorporação em cooperativas agrícolas e dos serviços que lhes prestam. As cooperativas prestam aos seus membros serviços de fornecimento de factores, assistência técnica, formação, informação, marketing, etc., que melhoram a eficiência das explorações agrícolas dos membros e lhes permitem responder às exigências do mercado e adquirir valor na cadeia agro-alimentar.

Os sócios continuam a exigir novas atividades e serviços das cooperativas, por isso devem estar atentos às necessidades de seus sócios, às orientações de mercado e à trajetória da concorrência. Todas as empresas estão dispostas a realizar as propostas dos parceiros, embora, muitas vezes, seu número inviabilize o projeto no curto prazo.

As actividades que a maioria das cooperativas de primeiro grau concentra na Galiza no sector primário são as relacionadas com a produção de leite e de carne, no sector da carne de bovino, a produção de vinho e a produção de frutas e produtos hortícolas; dependendo do sector em que a cooperativa opera, algumas actividades ou outras serão desenvolvidas.

As cooperativas pecuárias são as que cobrem um maior número de áreas: comercialização de leite, comercialização de gado bovino, serviços técnicos, etc.; os serviços mais solicitados neste sector são a criação de novilhas, o arrendamento de parcelas, a gestão de gado velho, o carrinho misturador ou a compra de insumos.

Tomando como amostra as 75 cooperativas agrícolas de primeiro grau (incluindo os SATs) membros da AGACA para o ano de 2015 acima mencionado, pode-se observar que 33 delas realizam alguma atividade relacionada ao setor leiteiro, seja comercializando leite cru, processamento ou embalagem, embora em alguns casos estes tipos de atividades não sejam as que apresentam o maior volume de negócios. Em qualquer caso, isto representa 44% da amostra, dos quais 40% são cooperativas que dedicam a sua actividade à comercialização de leite cru.

Estas 33 cooperativas têm um total de 9.321 membros e seu faturamento total é de 301.322.276,74 €. Deste total, aproximadamente 54% é o resultado das actividades acima referidas, com a comercialização de leite cru a representar 32%, representando um volume de negócios de 96.364.752,10€, em comparação com o leite embalado, com 21% (que neste caso corresponde inteiramente a uma única cooperativa) ou o fabrico de queijo, que não chega a 1%.

Em termos de comercialização das forragens e dos alimentos para animais, representa 24%. As cooperativas agrícolas também oferecem fornecimentos e serviços técnicos ao agricultor, o que representa apenas 15% do volume de negócios total, dos quais os serviços técnicos não atingem 3% do volume de negócios total.

Em suma, a maior parte do leite comercializado pelas cooperativas está sob a forma de leite cru, pelo que as cooperativas recolhem-no, refrigeram-no e eliminam-no.
e transporte para as instalações da indústria, uma actividade que acrescenta pouco valor à cadeia alimentar.

Neste sentido, seria interessante avançar na transformação da matéria-prima produzida pelos agricultores, de forma a desenvolver a produção de produtos lácteos de maior valor acrescentado, como o queijo (em particular os da DOP da Galiza), o iogurte, os batidos de leite, etc.

Uma vez realizado este estudo com base nos dados da própria Agaca, analisamos a estrutura de produção com base nos dados do FEGA relativos ao ano de 2015.

Em primeiro lugar, temos de considerar o elemento dos compradores autorizados, ou seja, as entidades registadas no FEGA que podem efectuar a primeira compra de leite, actuando como intermediários entre a exploração agrícola e a indústria. Na Galiza, o número de compradores autorizados, de acordo com a última atualização do FEGA, em maio de 2015, era de 77, dos quais 33 correspondem a cooperativas e SAT. Destes compradores autorizados, 50 declaram leite em 2015, dos quais 20 correspondem a cooperativas e SAT, representando 40% do total.

Por outro lado, o número de explorações que entregaram leite em 2015 na Galiza foi de 9.135, das quais 2.063 venderam o seu leite através de cooperativas ou SAT, o que representa 23%. Normalmente, estas explorações estão associadas à cooperativa, que está registada como comprador autorizado e cujo trabalho é, além disso, a compra de factores de produção.

Em termos de produção total, as cooperativas ou SAT comercializaram 518.014 toneladas contra 2.590.072 toneladas de leite comercializado na Galiza, o que representa 20% do total.

A produção média das explorações que venderam o seu leite através de cooperativas ou SAT é de 251.097 litros contra 283.533 da média galega.

Tabela 16. Estrutura de produção de leite na Galiza

Compradores autorizados		Número de explorações activas		Produção		Produção média	
Total	Coop/SAT	Total	Coop/SAT	Total	Coop/SAT	Total	Coop/SAT
Num.	Num.	Num.	Num.	Toneladas	Toneladas	Litros	Litros
50	20	9.135	2.063	2.590.072	518.014	283.533	251.097

Origem Elaborado pela AGACA com base nos dados do FEGA

Em resumo, de acordo com os dados oficiais do FEGA, as cooperativas e os SAT representam 22 % das explorações e 20 % do leite produzido na Galiza.
Com base nestes dados, verifica-se que apenas um quarto das explorações agrícolas galegas estão associadas em cooperativas ou SAT, o que reflecte o baixo nível de associativismo e o principal problema do sector leiteiro.

O objetivo do cooperativismo é maximizar o benefício de seus membros, dando também continuidade à atividade produtiva, pois são entidades comprometidas com a economia dos pecuaristas, que têm de competir com outras empresas do setor.

Em suma, as cooperativas agrícolas têm uma estrutura económica e financeira que lhes permite alcançar uma boa parte dos seus objectivos, que devem ser mantidos para lhes permitir alcançar os novos objectivos que os seus membros exigem. A

análise e a melhoria contínua são essenciais para satisfazer estas exigências, bem como a formação e a inovação para alcançar eficiência e competitividade.

4.3. Evolução do papel da economia social

De acordo com os dados do Directório de Cooperativas Agro-alimentares de Espanha (Observatorio Socioeconómico do Cooperativismo Agroalimentario Español, a seguir denominado OSCAE), correspondentes ao exercício de 2012 e, recolhidos no *XVIII relatório sobre gestão e situação económica das cooperativas agrárias da Galiza* publicado pela Associação Galega de Cooperativas Agro-alimentares, a seguir denominada AGACA, entre 2008 e 2012, o número de sócios de cooperativas agrárias aumentou 3%; o volume de negócios 7,4% e o emprego total 1,42%). Houve também um aumento de 5,7% no número de entidades.

Os sectores mais importantes na criação de cooperativas são o sector da carne de bovino, destacando-se o sector do gado leiteiro, o sector das frutas e produtos hortícolas e o sector vitivinícola.

Analisando a evolução dos principais sectores, no intervalo de anos para os quais existem dados disponíveis, verifica-se que o valor da produção aumentou em linhas gerais em todos os sectores até 2007, diminuindo estas produções em 2008, coincidindo com a crise económica, excepto no caso da produção leiteira, que continua a crescer ainda assim.

Tabela 17. Valor da produção dos principais grupos de produtos agrícolas e pecuários na Galiza

	2005	2006	2007	2008
Frutas e produtos hortícolas	262.454 €	310.895 €	395.646 €	356.527 €
Vinho e subprodutos	56.384 €	67.889 €	81.522 €	57.530 €
Bovinos: carne e gado	323.916 €	485.700 €	457.952 €	432.144 €
Leche	660.775 €	658.099 €	825.295 €	840.993 €

Origem *Elaborado a partir do Anuário de Estatística Agrária*

A evolução da produção de batata no período de 2006 a 2016 apresenta flutuações em cada período; para 2016 há um aumento de 17,9% em relação a 2007. O restante das hortaliças, apresenta flutuações adversas no período analisado, exceto em 2010, onde apresenta o maior pico de produção, observando um declínio significativo de cerca de 20% para 2016, em comparação com 2007.

No caso do vinho, de acordo com o Anuário das Estatísticas Agrícolas, a produção de uva diminui consideravelmente no intervalo de anos analisado, uma vez que, embora tenha havido uma recuperação em 2011 e 2012, os dados recolhidos para 2016 reflectem uma redução significativa, ultrapassando os 30,46%. No entanto, é de destacar a melhoria da qualidade e do posicionamento no mercado internacional nos últimos tempos.

Tabela 18: Principais produções agrícolas - Galiza (Tm)

Ano	Tubérculos	Vegetais						Vinha
	Patata	Feijão Verde	Col-repollo	Tomate	Lechuga	Cebola	Total	Uva para vinho
2006	413.330	43.422	79.705	65.380	13.502	45.441	247.450	247.955
2007	353.666	32.987	86.253	93.051	17.311	53.576	283.178	153.792
2008	290.101	37.196	65.396	86.709	15.734	71.899	276.934	128.360
2009	537.084	56.450	80.616	103.331	24.399	40.386	305.182	133.579
2010	498.606	39.978	91.559	128.040	20.225	26.873	306.675	144.093
2011	454.485	30.698	72.396	116.492	19.136	25.893	264.615	218.538
2012	473.498	42.332	61.411	102.996	20.334	34.515	261.588	125.038
2013	439.818	43.532	60.734	93.854	19.109	43.780	261.009	164.436
2014	535.166	43.538	57.392	90.359	20.297	37.457	249.043	131.291
2015	505.182	47.822	60.214	92.510	19.902	41.021	261.469	114.759
2016	417.081	51.682	30.838	89.356	22.161	32.569	226.606	108.479

Origem *Elaborado a partir de dados do Anuário de Estatística Agrária do Ministério da Agricultura*

Tabela 19: Principais produções animais na Galiza

Anos	Carne de bovino(Tm)	Leite de vaca (milhares de litros)
2008	89.848	2.308.771
2009	85.883	2.286.787
2010	86.805	2.337.545
2011	89.095	2.472.073
2012	91.219	2.432.785
2013	87.400	2.509.576
2014	86.253	2.575.057
2015	95.048	2.643.327
2016	96.549	2.623.538
2017	95.670	2.669.526

Fuente: *Elaboración a partir del Anuario de Estadística Agraria*

A própria produção, no caso da carne de bovino, sofreu um declínio devido à crise de 2008; no entanto, há uma recuperação a partir de 2010, com um pico em 2012, mostrando algumas flutuações a partir de agora e uma tendência para aumentar, com mais 6,48% de toneladas em 2017, em comparação com 2008.

Da mesma forma, no caso da produção de leite, com exceção de 2009, há um aumento da produção, a quantidade de leite produzida está em constante aumento, sendo em média 15,62% maior para 2017, em relação a 2008.

Evolução das cooperativas - dados

Tomando como referência o sector leiteiro, se olharmos para as tendências do consumo de leite, verificamos que o consumo de leite líquido na Galiza está a aumentar favoravelmente. Os principais consumos referem-se aos leites básicos, enriquecidos e funcionais; o consumo de queijo mantém-se estável ou em crescimento lento.

No que diz respeito ao sector leiteiro, são necessárias cooperativas muito eficientes, que lidem com grandes volumes de produtos, com capacidade para diversificar a sua produção e transformar parte dela em produtos lácteos, podendo assim devolver valor acrescentado ao mercado. Para isso, é necessário investir, persistir, acreditar no projeto, gerenciá-lo bem, etc.

As cooperativas pecuárias deste setor prestam serviços aos produtores, o que implica outro valor agregado, além da comercialização do leite, que é de grande importância para a eficiência produtiva dos associados.

Como um todo, o futuro do setor deve ser direcionado para a criação de cooperativas fortes, bem geridas, bem governadas, com bons serviços para seus associados, de maior porte, o que proporciona maiores possibilidades de eficiência e recursos para realizar as inovações exigidas por qualquer empresa líder no mercado atual. É interessante o apoio das administrações para fortalecer o cooperativismo como medida para melhorar o setor, já que as cooperativas mais eficientes, que lidam com grandes volumes de produto, com capacidade para diversificar a produção e transformar parte da produção de leite em produtos lácteos, serão as que terão maiores perspectivas de futuro.

4.4. SWOT do papel da economia social na Galiza

Referindo-se às cooperativas agrícolas do sector primário (abastecimento e armazenagem)

FORTUZIAS:

- ✓ **F01: Importância do complexo agro-alimentar na estrutura socioeconómica da Galiza (agricultura e pecuária)**

Na Galiza, o sector primário representa uma percentagem muito superior, tanto em valor acrescentado bruto (VAB) como em emprego, à média espanhola e europeia. Esta importância aumenta nas zonas menos povoadas. O complexo agro-alimentar e florestal representa 6,01% do VAB na Galiza, com uma distribuição de 43,27% na agricultura, 9,31% na silvicultura, 25,33% na indústria agro-alimentar e 22,09% na indústria florestal. A nível do emprego, os valores reflectem um valor mais elevado no sector agrícola em comparação com outros subsectores, que, de qualquer modo, é superior à média espanhola e europeia.

- ✓ **F02: Liderança do sector leiteiro no mercado espanhol**

A pecuária é o pilar da actividade agrícola galega. Por sector, o gado bovino é o activo mais importante, especialmente o leiteiro, tanto em termos de produção (38 % da produção espanhola) como de impacto social. De acordo com as estatísticas agrícolas da Magrama Galiza tem 949.766 cabeças de gado, 15,63% do total de Espanha, dos quais 39,07% são vacas leiteiras, 43,91% das registadas em Espanha. A força económica do sector deve servir de impulso para uma maior capacidade de inovação e um melhor poder de negociação com a distribuição.

✓ **F03: Elevado nível de actividade independente**

O trabalho por conta própria representa 21,7% da população activa total, contra 16,5% em Espanha e 14,5% no conjunto da União Europeia. O trabalho por conta própria e o empreendedorismo representam uma grande riqueza económica e social e são o germe das iniciativas empresariais.

✓ **F04: Gama completa de formação agrícola e pecuária, tanto universitária como profissional**

O sistema educativo galego oferece 12 graus diferentes em disciplinas agro-ambientais e 14 ciclos de formação em disciplinas relacionadas com o sector agrícola, florestal ou ambiental. A estrutura é completada com actividades de investigação e formação contínua promovidas pela Xunta de Galicia através dos serviços e centros de formação e experimentação agrícola, dos centros de investigação agrícola e pecuária, das 67 delegações agrícolas regionais e de 19 distritos florestais distribuídos pelo território.

✓ **F05: Rede de centros de investigação e de transferência de tecnologia da Xunta de Galicia**

As actividades de investigação e formação contínua promovidas pela Xunta de Galicia articulam-se com os serviços e centros de formação e transferência de tecnologia da Xunta de Galicia e dos 67 escritórios agrícolas.

✓ **F06: Oferta de produtos diferenciados**

As cooperativas agrícolas têm uma grande variedade de produtos, muito maior e mais diversificada do que qualquer outro grupo alimentar nacional. Produtos de alta qualidade e potencial de diferenciação por origem/qualidade/segurança alimentar. bem como a demonstração de boas práticas agrícolas, ambientais e de bem-estar dos animais.

✓ **F07: Poder de negociação**

O âmbito muito global da estrutura produtiva e empresarial das cooperativas agrícolas representa, por si só, uma importante força a explorar devido ao seu inegável peso específico no comportamento e projecção dos principais sectores agro-alimentares estratégicos da Galiza.

✓ **F08: Especialização**

No grupo das Cooperativas Agrárias existem muitas cooperativas altamente técnicas com projetos de diversificação, melhoria da competitividade e orientação para o mercado.

✓ **F09: Profissionalização**

Muitas cooperativas agrícolas dotam as suas equipas de gestão de profissionais altamente qualificados e especializados, o que conduz a uma melhoria dos sistemas de informação e gestão, bem como à incorporação de técnicas avançadas de produção e inovação tecnológica.

- ✓ **F010: Competitividade**

Pela própria natureza do modelo cooperativo, é possível trabalhar com custos competitivos.

- ✓ **F11: Entidades de prestígio**

As cooperativas agrícolas têm um apoio institucional, estatal, regional e local significativo pela sua contribuição para a sustentabilidade do ambiente rural, bem como prestígio e raízes sociais pela sua capacidade de gerar emprego e riqueza.

DEBILIDADES:

- ✓ **D01: Envelhecimento da população em geral e dos proprietários de explorações agrícolas**

A população galega está a envelhecer progressivamente. 22,4% da população tem mais de 65 anos, cifra que sobe em Lugo e Ourense para 27,6% e 28,4%, respectivamente.

Ao mesmo tempo, apenas 11,8% têm menos de 15 anos. A idade média é de 45,4 anos, que aumenta para 49 nas províncias de Lugo e Ourense, onde o índice de envelhecimento mostra valores preocupantes.

Em particular, no sector agrícola, 63% dos proprietários de explorações agrícolas têm mais de 55 anos. A proporção de proprietários com menos de 35 anos em relação aos com mais de 55 anos de idade representa 6,3%, enquanto no total da Espanha é de 9,6% e na UE-27 é de 14,2%. O envelhecimento aumenta o risco de abandono da actividade agrícola e influencia uma menor capacidade de adaptação às mudanças e uma menor capacidade de inovação no sector.

- ✓ **D02: Despovoamento das zonas rurais**

De acordo com a metodologia de classificação das regiões em função da sua ruralidade, as províncias de A Coruña e Pontevedra, que ocupam 42,1 % do território, são consideradas de estatuto intermédio, enquanto as de Ourense e Lugo, que representam 57,9 % da superfície, são predominantemente rurais.

A Galiza tem 2.728.906 habitantes com uma densidade média de 93,1 habitantes por quilómetro quadrado, sendo a densidade populacional da província de Lugo de 34,2 habitantes/km2 e a de Ourense de 44,2 habitantes/km2. Este número esconde o risco de despovoamento em grandes áreas do território.

Especialmente significativo é o caso das províncias de Lugo e Ourense, onde, somando entre ambas apenas 24,1% da população galega e 57,9% da superfície, um terço dos seus habitantes reside nas respectivas capitais provinciais. 39,7% da população vive em 89,3% do território, em áreas escassamente povoadas.

O despovoamento afecta a perda do património rural, uma maior fragilidade económica das zonas rurais e um aumento da vegetação espontânea que influencia directamente o aumento do risco de incêndios florestais.

✓ **D03: Dispersão populacional e elevado número de núcleos rurais**

Na Galiza existem 30.139 entidades populacionais únicas, o que, sem dúvida, dificulta a prestação de serviços básicos. A dispersão gera um custo elevado para a gestão dos serviços e a disponibilização de infra-estruturas.

✓ **D04: Baixa taxa de participação da população activa e elevada taxa de desemprego, total e juvenil**

A população activa galega representa 57,5% do total, com diferenças notáveis entre a faixa costeira e as províncias do interior, onde as percentagens são reduzidas devido ao envelhecimento. A menor taxa de actividade conduz a uma maior dependência das prestações sociais, a um menor rendimento global e a uma menor actividade e inovação empresariais. Por outro lado, 20,7% da população activa está desempregada, com especial incidência em zonas com densidade populacional intermédia. Particularmente preocupante é a taxa de desemprego juvenil, que já é de 45,4%. As elevadas taxas de desemprego atingidas reforçam a necessidade de prestações sociais, a fim de manter as condições de bem-estar social. A elevada taxa de desemprego afecta o rendimento per capita e o maior risco de pobreza.

✓ **D05: Elevado nível de auto-emprego**

21,7% dos trabalhadores por conta própria, 16,5% em Espanha e 14,5% no conjunto da UE-27. Geralmente, através do trabalho por conta própria, surgem iniciativas de pequenas empresas, uma questão que tem repercussões negativas em termos de competitividade. Esta taxa de auto-emprego é mais elevada nas zonas escassamente povoadas, onde atinge 28,4% da população empregada.

✓ **D06: aixo nível de formação dos agricultores**

86,5 % dos gestores agrícolas galegos apenas têm formação prática, 13 % têm formação agrícola de base e 0,5 % têm formação agrícola completa.

✓ **D07: Limitações biofísicas de uma grande parte da superfície agrícola útil**

Um total de 537 765,08 ha de SAU está localizado em municípios designados como zonas desfavorecidas de acordo com os critérios estabelecidos na Directiva 75/268/CEE. Este valor equivale a 83% da SAU da Galiza e ajuda a explicar o défice de competitividade da agricultura galega.

✓ **D08: Baixo investimento em I+D+i**

O investimento em I+D+i na Galiza é claramente inferior à média espanhola e comunitária. Assim, em comparação com 2,33% do PIB da UE-27 e 1,33% da média espanhola, a Galiza só investe 0,93% (base 2008) em 2011. As empresas privadas participam com 48 % do investimento total, seguidas das universidades (38 %) e da administração pública não universitária, com apenas 14 % do total.

✓ **D09: Escassa espinha dorsal do sector agro-alimentar**

O sector agro-alimentar galego carece de elementos vertebrados. A assinatura de contratos aprovados entre a indústria e a produção não foi adequadamente consolidada. Em 2010, as mais de 300 cooperativas agrícolas activas tinham uma média de 253 membros e um volume de negócios médio de 5,08 M€, pelo que, com algumas excepções, não têm dimensão suficiente para fazer face às iniciativas de

transformação e comercialização directa. 61% das empresas tinham menos de 2 empregados e 87% tinham menos de 10 empregados.

- ✓ **D10: Atomização da produção**

Noventa e oito por cento das 81.170 explorações agrícolas têm superfície, embora a pequena dimensão da SAU e o elevado número de parcelas seja uma característica constante da estrutura territorial das explorações agrícolas galegas. A superfície agrícola utilizada por exploração representa 8,2 ha, o que é muito inferior ao da Espanha (24,0) e ao da UE-27 (14,3). Por outro lado, mais de 63% têm uma SAU inferior a 5 ha e apenas 10% mais de 20 ha (ICC17). O elevado número de explorações agrícolas e a sua pequena dimensão dificultam o acesso a economias de escala e reduzem o poder de negociação na comercialização.

- ✓ **D11: Baixo nível de associativismo agrário**

A média das 350 cooperativas agrícolas activas na Galiza tem uma média de 253 sócios e um volume de negócios médio de 7,00 M€, pelo que, salvo raras excepções, não têm dimensão suficiente para fazer face às iniciativas de transformação e comercialização directa. 61% das empresas tinham menos de 2 empregados e 87% tinham menos de 10 empregados.

- ✓ **D12: Baixa produção de alto valor agregado**

A pequena dimensão das empresas condiciona normalmente a sua competitividade, uma vez que limita as suas possibilidades de acesso ao mercado e o desenvolvimento de processos de inovação. De facto, com os dados de 2011 da Magrama, a indústria alimentar galega está entre as três com menor produtividade em Espanha; é a segunda com menor margem bruta de exploração e a que oferece o menor valor acrescentado sobre as vendas. Estes dados são igualmente explicados pelo facto de ser dada prioridade aos produtos de primeira transformação e de baixo valor acrescentado.

- ✓ **D13: Baixa contribuição para a produção orgânica**

Apesar de manter uma evolução positiva na superfície e nos operadores, a Galiza continua a não desenvolver uma produção orgânica em linha com o seu grande potencial produtivo e a crescente procura deste tipo de produtos.

- ✓ **D14: Dimensão média reduzida das cooperativas**

Esta característica negativa influencia em grande medida as outras deficiências do sistema de cooperativas agrícolas. É possível apreciar a distância que existe entre a dimensão das cooperativas agrícolas espanholas e galegas. Para mencionar no sector leiteiro, a SAT CENTRAL LECHERA ASTURIANA é a cooperativa agrícola espanhola de primeiro grau com o maior volume de negócios de 708 M€ e 7.474 membros, em comparação com a FEIRACO, com 1980 membros que fecham o período 2017 com um volume de negócios de 84,3 M€, e a dimensão das cooperativas agrícolas europeias (o maior volume de negócios mais de 8.300 M€; as 30 maiores cooperativas agrícolas europeias excedem, em todos os casos, os valores de negócios superiores a 1.320 M€).

✓ **D15: Integração ou vertebração complexa e insuficiente**

Motivados ou favorecidos, talvez por razões pessoais, locais ou regionais.

✓ **D16: Fraqueza negocial, comercial e de desenvolvimento**

Não há dúvida de que a combinação destes problemas (atomização, escassez de tamanho e insuficiente integração/tempos) traz consigo, entre muitos outros preconceitos importantes, uma notável debilidade na negociação, comércio e desenvolvimento de todo o sistema de cooperativas agrícolas em geral (embora com óbvias exceções notáveis), bem como uma clara falta de competitividade em geral diante de novos contextos e desafios em mercados atuais e futuros; e diante de novas estruturas de canais de distribuição e logística.

✓ **D17: Baixo Valor Agregado**

As Cooperativas Agrárias se instalaram basicamente em setores ou atividades geralmente centradas em produtos com pouca capacidade de gerar Valor Agregado ou pouca demanda para transformação ou desenvolvimento de produtos; pelo contrário, geralmente oferecem matérias-primas, commodities ou a granel, com menos atenção, à diversificação de produtos ou à tecnificação dos mesmos.

✓ **D18: Dependência de subvenções e subsídios**

Que muitas vezes condicionam a viabilidade das cooperativas ou a sua capacidade de expansão.

✓ **D19: Resistência à mudança**

Muitos dos órgãos directivos das Cooperativas opõem-se a uma forte resistência à mudança, à perda de poder, à união, à integração e à partilha de decisões e projectos. Isso é favorecido pela enorme complexidade do processo de tomada de decisão em grande parte das cooperativas, o que reduz a agilidade, operabilidade e capacidade de oportunidade do coletivo de cooperativas agrícolas em geral.

✓ **D20: escassa comercialização e desenvolvimento de I+D+i**

Tradicionalmente, os mais altos órgãos directivos das cooperativas favoreciam o investimento em activos corpóreos e negligenciavam o investimento em recursos de gestão e marketing. Há também falta de actividade em termos de I&D&I, inovação de produtos e internacionalização.

OPORTUNIDADES:

✓ **O01: Novos segmentos de procura, gerados pela evolução dos hábitos de consumo para produtos ecológicos, de qualidade, de maior valor acrescentado e locais**

O01a: Aumento da procura de produtos biológicos. A Galiza continua a não desenvolver uma produção ecológica adaptada ao seu grande potencial produtivo e à procura crescente deste tipo de produtos (ICC19). A área total certificada como orgânica mal atinge 1% da área agrícola útil. Em 2012, a Galiza contava com 10 denominações de origem e 19 marcas de identificação geográfica protegidas, que reúnem um total de 30.402 produtores e 817 indústrias e um

volume de negócios global de 296 milhões de euros. Estes números mostram espaços para o desenvolvimento de produtos alimentares de qualidade diferenciada. Além disso, uma grande parte da área florestal está sujeita à certificação de manejo sustentável.

O01b: Desenvolvimento de produtos com maior valor agregado. A produção da indústria agro-alimentar galega está orientada principalmente para produtos de baixo valor acrescentado, o que se traduz numa margem bruta inferior (6,72%) em relação aos valores alcançados pela indústria galega (12,88%). Estes números mostram espaços para o desenvolvimento de produtos alimentares de qualidade diferenciada e maior valor acrescentado.

- ✓ **O02: Canais de comercialização curtos e mercados locais**

Na Galiza existe uma grande tradição de feiras e mercados locais, tanto nas zonas rurais como nas cidades. Segundo a Agência de Turismo da Galiza, a Comunidade Autónoma conta com 210 mercados, 86 mercados rurais, 38 mercados singulares, 152 feiras especializadas e 47 feiras comerciais. É necessário aproveitar e promover esta rede de mercados para incentivar as pequenas produções e o consumo de produtos locais sazonais.

- ✓ **O03: Cobertura básica da Internet na Galiza rural**

O Plano de Banda Larga implementado pela Xunta de Galicia permitiu a cobertura de 98% do território e mais de 1,1 milhões de pessoas com possibilidade de acesso a redes de nova geração. Isto permite a utilização das TIC nas zonas rurais, o acesso a novas formas de comércio electrónico e de informação, a formação em linha, o acesso à administração pública em linha, etc.

- ✓ **O04: Desenvolvimento do modelo de pequena propriedade agrícola**

A Galiza conta com um total de 647.600 ha de terras agrícolas úteis. Noventa e oito por cento das 81.170 fazendas têm área de superfície, embora o pequeno tamanho da SAU e o grande número de parcelas seja uma característica constante da estrutura agrícola. Há um número crescente de pequenos produtores a tempo parcial que, através da comercialização de pequenas produções, têm acesso a rendimentos complementares e o aumento das taxas de actividade é favorecido. O desenvolvimento deste tipo de pequenas explorações é uma alternativa ao abandono da actividade agrícola, favorecendo a manutenção da população, a economia e a conservação dos recursos naturais. Embora o cultivo de produtos hortícolas esteja disseminado por todo o território, grande parte do mesmo destina-se ao autoconsumo. No entanto, no que se refere à produção orientada para o mercado, a Galiza tem variedades especialmente reconhecidas, como as diferentes variedades de pimentos, grelos, batatas, feijões, tomates, alfaces, cebolas, feijões ou couves, algumas das quais são protegidas por um regime de qualidade diferenciada. Cabe destacar a cultura da batata que, com apenas 1,64% da SAU galega, representa mais de 20% da superfície espanhola.

A produção de frutos na Galiza está tradicionalmente ligada à presença de árvores dispersas ligadas ao pomar de autoconsumo da exploração, cujas pequenas produções, principalmente de maçãs, são comercializadas para a produção de sidra e servem de complemento ao rendimento familiar. Em termos de produção destinada ao

mercado, a produção de kiwi e castanha distingue-se pelo seu grau de profissionalização e pela sua repercussão económica.

✓ **O05: Diversificação económica das explorações agrícolas**

A pequena dimensão de uma grande parte das explorações agrícolas requer fontes complementares de rendimento orientadas para a utilização dos recursos naturais, opções agro-turísticas, artesanato, prestação de serviços, etc.

✓ **O06: Exigência social de proteção ambiental e produção sustentável**

As actividades desenvolvidas no meio rural galego devem visar a consecução dos objectivos ambientais das diferentes políticas europeias, a conservação e recuperação dos recursos naturais, a gestão sustentável das florestas, a diversificação da produção agrícola, a produção alimentar sustentável, a redução dos gases com efeito de estufa, a eficiência energética, a luta contra as alterações climáticas e a conservação dos habitats naturais.

✓ **O07: Desenvolvimento do plano director Natura 2000**

A Rede de Áreas Naturais Protegidas ocupa 13 % do território da Galiza. Em especial, inclui a Rede Natura 2000, que inclui 59 sítios de interesse comunitário (SIC) e 16 zonas de protecção especial para aves (ZPE) que ocupam 12% do território, um valor baixo comparado com os valores de Espanha e da UE-27. Isso explica porque apenas 11% da SAU e 9% da área florestal estão incluídos na NR 2000.

✓ **O08: Papel multifuncional da agricultura e pecuária na manutenção da biodiversidade**

A Galiza tem 6 áreas territoriais reconhecidas pela UNESCO como Reservas da Biosfera, que ocupam mais de 723.700 ha. O relatório final, datado de Janeiro de 2011, de Modelação de áreas agrícolas e florestais de alto valor natural em Espanha, realizado pelo CSIC, a pedido do Magrama, apresenta uma avaliação das áreas agrícolas e florestais de alto valor natural em Espanha, concluindo que a área total ocupada por áreas de alto valor natural representa 29% da área total da Galiza: agrícola 2.036 km2 (30% da SAU); florestal 6.266 km2 (35% da área florestal); agrícola e florestal: 372 km2.

Os sistemas agrícolas de elevado valor natural estão associados a sistemas agrícolas com uma elevada proporção de vegetação semi-natural, a um mosaico agrícola de baixa intensidade e a elementos naturais e estruturais, como sebes de árvores e arbustos, muros de pedra, pequenas áreas de copses e arbustos, pequenos riachos, etc., ou que acolhem espécies raras ou uma elevada proporção de populações europeias ou mundiais. Na Galiza, foram definidas 8 unidades ambientais (UA 500) para os agrossistemas tradicionais.

✓ **O09: Oportunidades de Carreira**

A taxa de desemprego na Galiza é de 20,7% e tem uma incidência especial nas zonas com densidade populacional intermédia (ZIP). A taxa de emprego masculino na Galiza é 7,5 pontos percentuais superior à taxa de emprego feminino, aumentando esta diferença nas zonas rurais. Particularmente preocupante é a taxa de desemprego juvenil, que excede os 45 %. Esta situação pode ter um impacto no regresso dos jovens às zonas rurais em busca de emprego. A importância do complexo agro-

florestal na estrutura socioeconómica da Galiza, a necessidade de mudança geracional na agricultura pode ser uma fonte de emprego para uma parte da população e contribuiria também para a fixação da população nas zonas rurais. Por outro lado, as TIC, a procura de novos produtos (ecológicos, de qualidade diferenciada, locais e de maior valor acrescentado), a diversificação das actividades agrícolas e florestais, a conservação, restauração e gestão do ambiente natural, podem gerar novas fontes de emprego.

- ✓ **O10: Disponibilidade de instrumentos financeiros**

A economia galega encontra-se a um nível inferior à média europeia; em 2012, o PIB a preços de mercado por habitante situava-se em 90% da média da UE-27. Nos últimos anos, o PIB da Galiza foi reduzido em relação aos picos alcançados em 2008. Ao contrário das economias espanhola e europeia, que cresceram entre 2010 e 2012, a Galiza continuou em declínio. Esta situação é o resultado de uma evolução marcada pela crise económica. A análise do período de desenvolvimento rural 2007_2013 assinalou a dificuldade de implementar algumas medidas de investimento (renúncias, menos pedidos) como resultado do acesso reduzido ao crédito por parte das empresas. Neste sentido, a disponibilidade de instrumentos financeiros adaptados às necessidades do sector é essencial.

AMEAÇAS:

- ✓ **A01: Crise económica**

A crise, que levou a uma redução do PIB desde os picos de 2008 e a um aumento acentuado do desemprego, bem como à possibilidade da sua continuidade ao longo do tempo, tem um impacto directo na fraqueza da procura. Outra consequência da crise foi a dificuldade de acesso ao crédito, pondo em risco a viabilidade de muitas explorações agrícolas e indústrias e dificultando o arranque de novos investimentos. Além disso, poderia igualmente conduzir a uma retracção do investimento em I&D.

- ✓ **A02: Dificuldade de acesso ao crédito**

A consequência da crise foi a dificuldade de acesso ao crédito, pondo em perigo a viabilidade de muitas explorações agrícolas e indústrias e dificultando o arranque de novos investimentos. Além disso, poderia igualmente conduzir a uma retracção do investimento em I&D.

- ✓ **A03: Volatilidade dos preços agrícolas**

A natureza especulativa do mercado internacional dos cereais e a manutenção de regimes de preços fora da evolução normal do mercado dificultam a tomada de decisões económicas relativas à produção e aos preços.

✓ **A04: Crescente concentração no mercado retalhista**

Nos últimos anos, o formato comercial tradicional foi substituído pelo dos supermercados (especialmente os de média e grande dimensão), que se tornaram cada vez mais importantes. Além disso, registou-se um aumento significativo da concentração da distribuição retalhista e do desenvolvimento de marcas de distribuição ("MDD"), que representam uma forma específica de integração vertical sob o controlo dominante da distribuição.

Tudo isto tem consequências nas maiores dificuldades em negociar com a distribuição.

5 Histórias de Sucesso de Empresas no Setor Primário

A Empresa:

5.1. COGAL, SOCIEDADE COOPERATIVA GALEGA.

Cogal começou em 1985 como uma cooperativa de produção e comercialização de carne de coelho. Atualmente, como resultado da alta especialização na linha de coelhos, possui uma fazenda de multiplicação e presta serviços de inseminação artificial de coelhos e fornecimento de gado, bem como serviços técnicos para a produção e manejo e agrupamento de fazendas.

Nesta linha, o departamento técnico da COGAL desenvolveu um importante modelo para a selecção de reprodutores e inseminação artificial, acompanhado de um serviço de assistência técnica permanente ao serviço dos parceiros como estratégia para a obtenção de produtos uniformes, tipagem adequada de animais e carcaças, além de garantir uma rastreabilidade completa desde o espermatozóide até ao produto final, controlando em qualquer momento a alimentação e o estado sanitário dos animais. Estes serviços não são comerciais, mas destinam-se a fornecer aconselhamento objectivo e profissional, por oposição a outras alternativas puramente comerciais ligadas ou condicionadas à compra de alimentos para animais, vacinas ou equipamento, entre outras.

Os benefícios gerados aos parceiros estão fundamentalmente na obtenção de um produto uniforme, de alta produção e produtividade; conseqüentemente, um aumento do preço que permita um maior benefício socioeconômico.

Além disso, com esta experiência, a cooperativa se consolida como um grande cliente para os fornecedores, pois permite a compra em volumes significativos e, portanto, proporciona a capacidade de compra, não só em preço, mas também em termos de serviços.

A Empresa:

5.2. AIRA, SOCIEDADE COOPERATIVA GALEGA

A AIRA é uma cooperativa nascida da união de AIRA, AGRIS, COELPLAN, COGASAR e ICOS em 2018. Produz, embala e comercializa produtos para alimentação animal, além de prestar serviços como combustíveis, supermercados, fertilizantes, sementes, forragens, oficina de mecânica de automóveis rápidos, etc. É também um importante produtor de lacticínios.

A cooperativa consolidou a modernização do parque de máquinas com unidades móveis de mistura para a preparação de alimentos balanceados em benefício dos pecuaristas. São máquinas autopropelidas que se deslocam por diferentes explorações agrícolas de percurso pré-determinado, para a execução do sistema de alimentação TRM (Rational Handling Techniques), carregamento, pesagem, mistura, homogeneização e distribuição das matérias-primas dos próprios agricultores para gerar a dieta recomendada em cada uma das explorações.

As vantagens comparativas deste modelo é que permite uma considerável poupança de mão-de-obra por parte do agricultor, permitindo-lhe realizar outras tarefas diárias libertando muito tempo de trabalho, gera um aumento da produção, estabilidade nos sólidos produzidos ao longo do ano, melhoria da fertilidade, permite um maior controlo sobre a saúde do animal e garante a rastreabilidade durante o ciclo de produção.

Os benefícios gerados para a cooperativa graças a este modelo de gestão estão na consolidação da lealdade do sócio, na presença do pessoal da empresa na fazenda todos os dias do ano, na comunicação direta com o produtor, assim como na rastreabilidade. Além disso, há benefícios para os membros, pois liberta as explorações agrícolas dos custos fixos de depreciação das máquinas, reduz os custos financeiros e permite-lhes realizar outras tarefas quotidianas nas explorações, optimizando o tempo disponível.

A Empresa:

5.3. VITICULTORES MARTÍN CÓDAX, SOCIEDADE COOPERATIVA GALEGA

Nascida em 1986, a vinícola exporta para 40 países seus vinhos, que são elaborados a partir de vinhedos que crescem em pequenas parcelas com formação vitícola, seguindo processos que misturam tecnologia e tradição para garantir qualidade e sabor. Ao mesmo tempo, Martín Códax desenvolve numerosas iniciativas de difusão cultural e de sustentabilidade ambiental.

Martín Códax, no marco da modernização, desenvolveu dois modelos de grande importância: O uso de plataforma de risco de pragas e sensoriamento remoto na gestão de vinhedos O primeiro é o desenvolvimento de uma plataforma para agricultores (Viñas Atlánticas) na qual os cooperados podem consultar um risco personalizado de míldio (Plasmopara vitícola) para suas parcelas, ao mesmo tempo em que podem consultar previsões meteorológicas, receber comunicações dos técnicos da cooperativa e gerenciar o diário de bordo digitalmente.

A segunda actividade consiste na aplicação da teledetecção para a gestão da vinha. Neste caso, foi desenvolvida uma unidade de negócio com a aquisição de 2 plataformas de drones para obter imagens aéreas dos vinhedos e calcular índices de vegetação. Está a ser utilizado ao nível da gestão diferencial nas vinhas geridas directamente pela cooperativa e na classificação das vindimas para a caracterização das vinhas e na organização das vindimas adaptadas aos diferentes perfis vinícolas produzidos pela cooperativa.

Estas duas estratégias fornecem informação sobre a vinha de forma ágil e em tempo real; por um lado, informação de qualidade para a tomada de decisões sobre o controlo de pragas que permite menores perdas de colheita; e por outro, o benefício de ter uvas de melhor qualidade e com menor utilização de recursos, bem como a possibilidade de produzir produtos diferenciados graças a uma boa classificação das colheitas, contribuindo assim para melhorar a sustentabilidade global da actividade vitivinícola em benefício dos membros.

A Empresa:

5.4. WISECROP, PORTUGAL

É uma plataforma, com sede no Porto - Portugal, que se constitui como uma ajuda para estabelecer relações mais simples e directas entre produtores, associações, técnicos e todos aqueles que prestam serviços de apoio à produção, como os laboratórios de análises.

O wisecrop está conectado a uma ampla gama de sensores de temperatura e umidade do ar, velocidade e direção do vento, radiação solar, folha úmida, precipitação, eletrocondutividade do solo e da água, PH, medidores mecânicos e ultra-sônicos, dendrômetros para controlar o diâmetro do fruto, caule e raízes... que permitem controlar e melhorar a produção no setor primário.

Esta integração de serviços permite não só um contacto facilitado entre entidades como uma recolha e interpretação de dados mais completos e rigorosos, podendo cruzar os resultados da análise do solo com imagens aéreas da terra, por exemplo, para ajudar os produtores de uvas, maçãs, peras, kiwi, framboesas, mirtilos, nozes, ervas, azeitonas, tomates, ... entre outros.

Origem WISECROP Galeria de Fotos.

Esta é uma grande experiência como o HUB4AGRI, outra inovação digital para a agricultura, ou o BIG EYE, apoio semelhante na exploração da pesca.

6. Plano Diretor de Estímulo para a modernização do setor primário em empresas de economia social

A estrutura do Plano Director, em coerência com o Plano de Desenvolvimento Rural - PDR 2014-2020, é concebida no sentido de alcançar a visão estratégica da modernização do sector primário na Eurorregião e baseia-se na identificação de 3 objectivos estratégicos e dos seus correspondentes objectivos operacionais e que estes são depois concretizados através de planos de acção.

6.1. Visão a longo prazo

"Consolidar a modernização do sector primário nas explorações agrícolas e cooperativas agro-alimentares gerando coesão social com emprego de qualidade e alcançando a sua posição no competitivo mercado nacional regional e de exportação, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável e responsável do ponto de vista económico, social e ambiental"

6.2. Objectivos estratégicos

OE1. Para desenvolver uma gestão eficiente através da especialização dos recursos humanos envolvidos nas explorações do sector primário.

OE2. Aumentar as capacidades organizacionais e de liderança, a fim de alcançar uma gestão agrícola dinâmica e eficiente no contexto das elevadas exigências do mercado.

OE3. Assegurar a mudança geracional no setor rural com a inserção dos jovens na gestão das empresas agrícolas de economia social.

6.3. Objectivos operacionais

OE1. Para desenvolver uma gestão eficiente através da especialização dos recursos humanos envolvidos nas explorações do sector primário.

OO1.1. Promover a formação do talento humano para modernizar a gestão cooperativa.
OO1.2. Promover a inserção da indústria 4.0 e da inovação tecnológica para maximizar a produtividade e a competitividade.

OE2. Aumentar as capacidades organizacionais e de liderança, a fim de alcançar uma gestão agrícola dinâmica e eficiente no contexto das elevadas exigências do mercado.

OO2.1. Desenvolver o fortalecimento dos recursos sociais, econômicos e organizacionais para consolidar uma organização competitiva da ação coletiva.
OO2.2. Promover o desenvolvimento de conhecimentos e competências que permitam a escolha de estratégias adequadas na gestão cooperativa do sector primário.

OE3. Assegurar a mudança geracional no setor rural com a inserção dos jovens na gestão das empresas agrícolas de economia social.

OO3.1. Realçar e tornar visíveis os benefícios e as vantagens comparativas da modernização das actividades agrícolas e a sua importância para o desenvolvimento rural.

OO3.2. Promover empregos atractivos como uma oportunidade para as novas gerações entrarem no mercado de trabalho.

6.4. Plano de acção

Uma vez definidos os objectivos estratégicos e respectivos objectivos operacionais, temos planos de acção que contribuirão para a concretização da visão estratégica na modernização do sector primário.

OE1. Para desenvolver uma gestão eficiente através da especialização dos recursos humanos envolvidos nas explorações do sector primário.

6.4.1. Programa: Formação do talento humano envolvido na modernização da gestão da economia social.

Enquadramento Estratégico	**Objectivo estratégico**	**OE1. Para desenvolver uma gestão eficiente através da especialização dos recursos humanos envolvidos nas explorações do sector primário.**
	Objectivo operacional	**OO1.1.** Promover a formação do talento humano para modernizar a gestão cooperativa.

Descrição da linha de acção	
Justificação da necessidade	86,5 % dos gestores agrícolas galegos apenas têm formação prática, 13 % têm formação agrícola de base e apenas 0,5 % têm formação agrícola completa. Neste sentido, o objectivo é desenvolver um potencial produtivo e de comercialização com produtos agro-alimentares de alta qualidade do sector primário produzidos pelas cooperativas da Euroregião com recursos humanos suficientes para competir nos mercados nacionais e internacionais.
Descrição do produto	Este programa está focado no desenvolvimento e fortalecimento das capacidades de recursos humanos para melhorar os processos relacionados com a obtenção de produtos e serviços de qualidade no setor primário.
Ações	**Acção 1: Jornadas informativas destinadas a promover a capacitação em processos tecnológicos de produção, gestão, comercialização e empreendedorismo.**
	Acção 2: Desenvolver acções de formação e promoção do talento tecnológico através de estratégias de apoio a iniciativas de destacamento relacionadas com actividades no sector primário.
	Acção 3: Promover o desenvolvimento de capacidades em matéria de comercialização de produtos e serviços cooperativos.
Organizações participantes	Centro de Estudos Cooperativos (CECOOP) da Universidade de Santiago de Compostela. Concellería medio rural - Xunta de Galicia. Fundação Estatal para a Formação no Emprego. Fundação Juana de Vega. Associação Galega de Cooperativas Agro-alimentares-AGACA
Beneficiários do programa	Membros de cooperativas e empresários da economia social
Indicadores	Membros de cooperativas e empreendedores da economia social participantes do programa.

OE1. Para desenvolver uma gestão eficiente através da especialização dos recursos humanos envolvidos nas explorações do sector primário.

6.4.2. Programa: Tecnificação dos processos do sector primário com a inserção da Indústria 4.0 e da inovação tecnológica.

Enquadramento Estratégico	**Objectivo estratégico**	**OE1. Para desenvolver uma gestão eficiente através da especialização dos recursos humanos envolvidos nas explorações do sector primário.**
	Objectivo operacional	**OO1.2. Promover a inserção da indústria 4.0 e da inovação tecnológica para maximizar a produtividade e a competitividade.**
Descrição da linha de acção		
Justificação da necessidade	Tradicionalmente, as cooperativas favoreciam o investimento em activos corpóreos e negligenciavam o investimento em recursos de gestão e comercialização. Há também falta de actividade em termos de I&D&I, inovação de produtos e internacionalização. O avanço tecnológico acelerado exige das cooperativas uma orientação proativa que não é frequente no cooperativismo agrícola. Neste sentido, o objetivo é inovar a gestão do setor primário nas cooperativas agroalimentares.	
Descrição do produto	Este programa está focado no desenvolvimento de tecnologia e inovação para intensificar a produtividade do setor primário.	
Ações	**Acção 1: Oferecer actividades de formação em aplicação industrial 4.0 e estratégias de inovação tecnológica para produtores agro-alimentares do sector primário.**	
	Acção 2: Promover o desenvolvimento de aplicações informáticas que permitam aos utilizadores (parceiros) utilizar a tecnologia na previsão dos riscos e na produção planeada.	
	Acção 3: Desenvolver materiais para divulgar modelos e experiências bem sucedidas de desenvolvimento tecnológico em explorações agro-alimentares.	

Organizações participantes	Centro de Estudos Cooperativos (CECOOP) da Universidade de Santiago de Compostela. Fundação Estatal para a Formação Profissional Fundação Juana de Vega. Associação Galega de Cooperativas Agro-alimentares, AGACA
Beneficiários do programa	Empresários agrícolas e membros de cooperativas agro-alimentares.
Indicadores	Empresários agrícolas e membros de cooperativas agro-alimentares que participam no programa.

OE2. Aumentar as capacidades organizacionais e de liderança, a fim de alcançar uma gestão agrícola dinâmica e eficiente no contexto das elevadas exigências do mercado.

6.4.3. Programa: Fortalecimento das capacidades organizacionais e de liderança nas empresas cooperativas do sector primário.

Enquadramento Estratégico	**Objectivo estratégico**	**OE2. Aumentar as capacidades organizacionais e de liderança, a fim de alcançar uma gestão agrícola dinâmica e eficiente no contexto das elevadas exigências do mercado.**
	Objectivo operacional	**OO2.1.** Desenvolver o fortalecimento dos recursos sociais, econômicos e organizacionais para consolidar uma organização competitiva da ação coletiva.
Descrição da linha de acção		
Justificação da necessidade	Muitos dos órgãos directivos das Cooperativas opõem-se a uma forte resistência à mudança, à perda de poder, à união, à integração e à partilha de decisões e projectos. Isto é favorecido pela enorme complexidade do processo de tomada de decisão, que reduz a agilidade, a operacionalidade e a capacidade de aproveitar as oportunidades. É necessário desenvolver e fortalecer as competências organizacionais para o trabalho em equipe, tomada de decisão adequada, gestão estratégica de reuniões, negociação e resolução de conflitos.	

Descrição do produto	Fortalecimento das capacidades e habilidades organizacionais e de liderança nas empresas cooperativas do setor primário.
Ações	**Ação 1: Oferecer atividades de treinamento de líderes.**
	Acção 2: Oferecer actividades de formação na tomada de decisões
	Acção 3: Desenvolver actividades relacionadas com a negociação e a resolução de conflitos
	Ação 4: Promover o trabalho em equipe e o trabalho compartilhado para fortalecer a organização
Organizações participantes	Centro de Estudos Cooperativos (CECOOP) da Universidade de Santiago de Compostela. REDE EUSUMO. Fundação Estatal para a Formação Profissional Fundação Juana de Vega. Associação Galega de Cooperativas Agro-alimentares, AGACA
Beneficiários do programa	Membros dos órgãos sociais e membros de cooperativas e empresários de economia social
Indicadores	Membros dos órgãos de administração e membros das cooperativas e dos empresários da economia social que participam no programa.

OE2. Aumentar as capacidades organizacionais e de liderança, a fim de alcançar uma gestão agrícola dinâmica e eficiente no contexto das elevadas exigências do mercado.

6.4.4. Programa de reforço das capacidades de gestão das empresas comerciais e financeiras do sector primário

Enquadramento Estratégico	**Objectivo estratégico**	**OE2. Aumentar as capacidades organizacionais e de liderança, a fim de alcançar uma gestão agrícola dinâmica e eficiente no contexto das elevadas exigências do mercado.**

	Objectivo operacional	**OO2.2. Promover o desenvolvimento de conhecimentos e competências que permitam a escolha de estratégias adequadas na gestão cooperativa do sector primário**.
Descrição da linha de acção		
Justificação da necessidade	Não há dúvida de que os problemas de atomização, escassez de dimensão e insuficiente integração/vertebração conduzem a uma fragilidade considerável na negociação, comércio e desenvolvimento de todo o sistema de cooperativas agrícolas, bem como a uma clara falta de competitividade, em geral, face aos novos contextos e desafios dos mercados actuais e futuros; e face às novas estruturas dos canais de distribuição e logística. Daí a necessidade de promover o desenvolvimento e o reforço das capacidades dos chefes das unidades agrícolas membros do conselho directivo das cooperativas agro-alimentares em matérias relacionadas com a gestão comercial das explorações agrícolas	
Descrição do produto	Promover e consolidar as capacidades de gestão relacionadas com marketing e finanças no actual ambiente competitivo do sector primário.	
Ações	**Acção 1: Oferecer actividades de formação em Análise de Mercado e estratégias de marketing.**	
	Acção 2: Assegurar actividades de formação em gestão financeira nas explorações agrícolas.	
Organizações participantes	Centro de Estudos Cooperativos (CECOOP) da Universidade de Santiago de Compostela. REDE EUSUMO. Fundação Estatal para a Formação Profissional Fundação Juana de Vega. Associação Galega de Cooperativas Agro-alimentares, AGACA.	
Beneficiários do programa	Membros de cooperativas e empresários da economia social	
Indicadores	Membros de cooperativas e empreendedores da economia social participantes do programa.	

OE3. Assegurar a mudança geracional no setor rural com a inserção dos jovens na gestão das empresas agrícolas de economia social.

6.4.5. Programa de divulgação dos benefícios da modernização do sector primário e da sua relação directa com o desenvolvimento rural.

Enquadramento Estratégico	**Objectivo estratégico**	**OE3. Assegurar a mudança geracional no setor rural com a inserção dos jovens na gestão das empresas agrícolas de economia social.**
	Objectivo operacional	**OO3.1. Realçar e tornar visíveis os benefícios e as vantagens comparativas da modernização das actividades agrícolas e a sua importância para o desenvolvimento rural.**
Descrição da linha de acção		
Justificação da necessidade	No sector agrícola, 63% dos proprietários de explorações agrícolas têm mais de 55 anos de idade. A proporção de proprietários com menos de 35 anos em relação aos com mais de 55 anos representa 6,3%, enquanto na UE-27 é de 14,2%. O envelhecimento aumenta o risco de abandono da actividade agrícola e influencia uma menor capacidade de adaptação às mudanças e uma menor capacidade de inovação no sector. A modernização do sector primário implica também a recuperação do património rural da Euroregião.	
Descrição do produto	O programa propõe implementar diferentes estratégias para tornar visível a importância da modernização do setor primário para o desenvolvimento rural.	
Ações	**Acção 1: Desenvolver actividades e acções de divulgação e sensibilização para a importância do sector primário e da sua modernização.**	
	Acção 2: Desenvolver campanhas para a incorporação dos jovens no sector primário através de bolsas de estudo e subsídios.	
	Acção 3: Desenvolver actividades de apoio à criação de empresas da economia social para a modernização do sector primário.	

Organizações participantes	Centro de Estudos Cooperativos (CECOOP) da Universidade de Santiago de Compostela. REDE EUSUMO. Instituto Galego de Promoção Económica, IGAPE Agência Galega de Inovação (GAIN) Fundação Estatal para a Formação no Local de Trabalho Fundação Juana de Vega. Associação Galega de Cooperativas Agro-alimentares, AGACA
Beneficiários do programa	Cooperativistas e jovens empreendedores da economia social.
Indicadores	Membros de cooperativas e jovens empresários da economia social que participam no programa.

OE3. Assegurar a mudança geracional no setor rural com a inserção dos jovens na gestão das empresas agrícolas de economia social.

6.4.6. Programa de identificação e promoção de novas oportunidades de negócio como alternativa para a diversificação da economia social.

Enquadramento Estratégico	**Objectivo estratégico**	**OE3. Assegurar a mudança geracional no setor rural com a inserção dos jovens na gestão das empresas agrícolas de economia social.**
	Objectivo operacional	**OO3.2. Promover empregos atractivos como uma oportunidade para as novas gerações entrarem no mercado de trabalho.**
Descrição da linha de acção		
Justificação da necessidade	Particularmente preocupante é a taxa de desemprego juvenil, que já é de 45,4%. As elevadas taxas de desemprego atingidas reforçam a necessidade de prestações sociais para a manutenção das condições de protecção social. O elevado desemprego tem um impacto no rendimento per capita e no maior risco de pobreza. É importante apresentar novas alternativas e diversificar as atividades agrícolas para gerar interesse nos jovens e inseri-los no modelo de economia social.	

Descrição do produto	O programa propõe desenvolver e difundir novas oportunidades de negócio rural como alternativa na geração de emprego e melhoria da qualidade de vida na Galiza rural.
Ações	**Acção 1: Desenvolver actividades de detecção e investigação relacionadas com novas oportunidades de negócio no sector primário.**
	Acção 2: Divulgar, através de diferentes canais, as novas oportunidades de negócio identificada
	Acção 3: Procurar e canalizar fontes de financiamento para a implementação de novas oportunidades de negócio rural.
Organizações participantes	Centro de Estudos Cooperativos (CECOOP) da Universidade de Santiago de Compostela. REDE EUSUMO. Instituto Galego de Promoção Económica, IGAPE Agência Galega de Inovação (GAIN) Fundação Estatal para a Formação no Local de Trabalho Fundação Juana de Vega. Associação Galega de Cooperativas Agro-alimentares, AGACA
Beneficiários do programa	Cooperativistas e jovens empreendedores da economia social
Indicadores	Membros de cooperativas e jovens empresários da economia social que participam no programa.

A Economia Social é um motor de emprego, o potencial destas entidades para criar emprego de qualidade e dar oportunidades àqueles que, devido às suas circunstâncias especiais, encontram maiores dificuldades em encontrar trabalho. A sua modernização é, pois, um elemento fundamental da coesão social.

6.5. Descrição dos principais organismos de apoio à modernização do sector:

1. REDE EUSUMO:

Aconselhamento, orientação, formação, acompanhamento em iniciativas empresariais, apoio à internacionalização, realização de reuniões internacionais e transfronteiriças, intercâmbio comercial e cooperação transversal definem a rede transversal de

colaboração Eusumo, nascida em 2011 com o impulso do Ministério Regional da Economia, Emprego e Indústria.

Foi criado para promover este modelo de negócio em todo o território da Galiza, promovendo o seu desenvolvimento a nível local, através da formação, divulgação e aconselhamento para o trabalho por conta própria colectivo.

Objetivo da Rede Eusumo:

A promoção do cooperativismo e da economia social, com especial atenção ao empreendedorismo e à criação e consolidação de emprego.

Serviços de Rede Eusumo:

- Formação, dinamização e divulgação
- Aconselhamento e apoio a projectos
- Actividades destinadas às escolas.

2. Centro de Estudos Cooperativos (CECOOP) Universidade de Santiago de Compostela:
   - Promove, promove e desenvolve conhecimento, pesquisa e disseminação de assuntos relacionados ao cooperativismo.
   - Desenvolve tarefas de formação e ensino que são promovidas ou encomendadas pela USC ou pela Xunta de Galicia.
   - Estabelece vínculos de colaboração com outras organizações galegas, nacionais ou internacionais com objetivos.
   - Gerencia a biblioteca especializada dentro da USC.
   - Promove a publicação da revista especializada em temas de economia cooperativa e social.
   - Desenvolve cursos de formação destinados aos membros das cooperativas que lhes permitam adquirir as competências necessárias para a internacionalização do seu negócio.
   - Organiza workshops e fóruns de sensibilização para a importância da internacionalização para as empresas da economia social

3. Fundação Juana de Vega

A fim de melhorar o nível técnico das pessoas envolvidas na agricultura, pecuária e sectores derivados, desenvolve as seguintes actividades:

- Promover o conhecimento, a conservação e o desenvolvimento do meio rural da Galiza, com especial dedicação à formação da sua população activa, à preservação do seu ambiente natural e humano e à melhoria da sua base económica e actividades conexas.
- Canalizar oportunidades para o desenvolvimento do meio rural galego através de actividades de investigação, formação, difusão e transferência de conhecimentos.

Para alcançar estes objetivos, a fundação colabora com diversas instituições, centros de pesquisa, caixas econômicas, universidades, entre outros, oferecendo a Cátedra Juana de Vega, bolsas de estudo para graduados universitários relacionados com o setor agroalimentar, o prêmio Juana de Vega para pesquisadores, entre outras iniciativas.